

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912271704-DR/PR

SENAR

-----CORREIOS-----

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1256 - 21/04/2014 a 04/05/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

FÓRUM ESTADÃO/FAESP

ENQUANTO ISSO, FORA DA PORTEIRA...

HISTÓRIA

Os ucranianos
de Prudentópolis

ESTUFAS

A boa alternativa
da horticultura

DOCUMENTOS

Os alertas da
FAEP ao Mapa

Aos Leitores



Diariamente, pouco depois das 18h30, a Rádio CBN convida seus ouvintes em rede nacional para ouvir a “Boa Notícia” do dia. Ultimamente não tem sido fácil aos produtores da emissora encontrar alguma informação que não doa nos ouvidos, tanto na política como na economia nacional.

Inflação acima do teto, cai a estimativa do PIB deste ano, compra de refinaria americana pela Petrobras é um escândalo, pesquisa mostra que a maioria da população é contra a realização da Copa e por aí vai. Se essa busca inglória fosse encaminhada para o que ocorre dentro das porteiras das propriedades rurais, onde a turma não para, o cenário seria outro.

Mas como jornalista sempre procura o copo meio vazio (notícia ruim), ele certamente se voltaria para fora das porteiras e não faltaria assunto. Infraestrutura e logística em pandarecos, burocracia insuportável, falta de política agrícola consistente.

O que vai bem (e mal) dentro e fora das porteiras estão nesta edição, através de um resumo sobre um Fórum realizado pelo grupo Estado, do jornal O Estado de São Paulo, e pela Faesp. O resumo dos debates está na manchete que o jornal publicou sobre o evento: “Incertezas no Campo”.

Outra matéria tem um lado ruim e outro bom. Na primeira o conflito dos russos com os ucranianos; na segunda a história dos nossos ucranianos de Prudentópolis.

Índice

Conflito	03
História Ucraniana	04
Plantio de Trigo	11
Fabio Meirelles	12
Fórum Estadão/FAESP.....	14
Estufas	22
Alertas da FAEP	26
Conjuntura	28
Cafeicultura	30
Notas	32
Flashes do leitor/Errata.....	33
Adapar	34
Conseleite.....	35
Eventos Sindicais	36
Via Rápida	38

Fotos: Fernando Santos, Lineu Filho, Milton Dória, Divulgação e Arquivo FAEP.

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal :** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

A Ucrânia e seu vizinho ambicioso

A respeitada revista inglesa “The Economist” publicou em sua capa o mapa da Rússia representado por uma grande urso abocanhando a Ucrânia (foto). A criativa ilustração resume as históricas relações conflituosas de ucranianos com os russos, principalmente depois de 1917, quando a revolução bolchevique instalou o comunismo na extinta União Soviética e a Ucrânia foi transformada em país-satélite.

A dissolução da URSS, em 1991, permitiu ao povo ucraniano sonhar com um país independente. Na época, russos e americanos desativaram o arsenal atômico da Ucrânia e imaginou-se que a paz reinaria. Mas, como Stalin havia feito em meados do século XX, construindo na marra o império russo, desta vez Vladimir Putin anexou a Crimeia e ambiciona o Oeste da Ucrânia, onde a população fala o idioma russo. Além de canhões e soldados, Putin tem a poderosa arma do gás, energia que torna não só os ucranianos dependentes, mas boa parte da Europa.

Os analistas dizem que Putin quer reconstituir o Império Russo ou a Nova Rússia, e depois da Geórgia e Crimeia seria a vez da Ucrânia. Após a independência, a Ucrânia tem vivido numa hesitação entre a esfera de influência da União Europeia e a da Rússia, que normalmente se reflete numa correspondente divisão do seu território entre um ocidente (Oeste) mais pró-Europa e um oriente (Leste) mais pró-Rússia. Nessa região há uma disfarçada invasão através de milícias bem armadas que se escondem sob máscaras e agem confrontando quem não defende a opção russa.

Putin, porém, tem seu caminho parcialmente bloqueado pela pressão econômica da União Europeia e pelo fato da Ucrânia pertencer à OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte), organismo militar liderado pelos Estados Unidos. Os ucranianos mais velhos devem recordar de uma frase dita por Stalin no pós-guerra (1945): “Se perdermos a Ucrânia, perdemos a nossa cabeça”. Também isso deve estar na lembrança de Putin.

Essa crise tem espectadores muito atentos no Paraná.



A comunidade ucraniana é estimada em 500 mil em nosso país. Destes 500 mil estão no Paraná e o maior reduto está em Prudentópolis, nos Campos Gerais. Um pouco da história dos nossos ucranianos estão nas páginas seguintes.

A Ucrânia

Localização Geográfica: Europa Oriental

Cidades Principais:

Kiev, Kharkov, Dnipropetrov'k, Odessa e Donets'k

População: 46 milhões de habitantes

Composição da População:

ucranianos (73%), russos (22%), outros (5%).

Idioma: ucraniano (oficial) e russo

IDH (Pnud 2012): 0,740 (elevado)

PIB (Produto Interno Bruto):

US\$ 327,4 bilhões (estimativa 2011)

PIB per Capita: US\$ 7.200 (estimativa 2011)

Moeda: hryvnia

Ucranianos: 123 anos de História

Por Hemely Cardoso



Situada na região Centro-Sul do Estado, a cidade de Prudentópolis (48.792 habitantes IBGE 2010) não é apenas conhecida pelas exuberantes cachoeiras, mas pela história da sua colonização. Há 123 anos desembarcou ali o povo de um país que passou por muitas guerras, que veio em busca de paz e de uma pátria para criar seus filhos: os ucranianos.

A saga dos imigrantes começou entre 1895 e 1897 no Brasil. Cerca de 20 mil imigrantes da Ucrânia Ocidental – Galícia e Bukovina – chegaram de mala e cuia nos Estados de Santa Catarina e Paraná, em busca da terra de oportunidades. Um menor número de imigrantes se estabeleceu em São Paulo e Rio Grande do Sul. Os lavradores ucranianos que, desde o Congresso de Viena, estavam sob o domínio da Áustria, abandonaram as suas terras e fixaram-se em outros países. Nessa época, a situação na Ucrânia estava crítica: superpopulação agrária e péssimas condições socioeconômicas.

Nos anos de 1908 e 1914, chegaram mais ucranianos. O segundo contingente chegou incentivado pela campanha brasileira para a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do

Sul. Aproximadamente 18,5 mil ucranianos desembarcaram no Paraná, com a esperança de encontrar trabalho e uma vida melhor. Até a primeira Guerra Mundial, o número de imigrantes somava 45 mil pessoas. O maior êxodo dos ucranianos ocorreu após a segunda Guerra Mundial, mais de 200 mil imigrantes desembarcavam em solos paranaenses.

O início

As primeiras oito famílias de imigrantes ucranianos chegaram ao Paraná em 1872, na Colônia de Santa Bárbara, em Palmeira. As maiores levas ocorreram nos anos de 1895, 1896 e 1907. Aproximadamente 20 mil imigrantes chegaram aos Portos de Paranaguá e Santos nesse período. Os que vieram em 1895 fixaram-se nos arredores de Curitiba, enquanto os de 1896 e 1907 dirigiram-se a Prudentópolis e Marechal Mallet.

Ao desembarcar no Brasil, o imigrante que vinha da Ucrânia

Ocidental experimentava as primeiras decepções. Durante a viagem, que durava meses num navio, ele sonhava com uma terra próspera, onde tudo era novo, fácil e promissor. Mas, quando chegou aqui, se deparou com matas fechadas, animais bravos e doenças tropicais, que não se conheciam na Europa.

Há mais de um século, no dia 16 de abril de 1896, chegaram em Prudentópolis os primeiros imigrantes da Galícia (Oeste e Sul da Ucrânia) que traziam na bagagem apenas a coragem e a esperança. Ao pisar na terra prometida, eles comprovaram a propaganda enganosa feita anteriormente, durante o Império. Ao contrário de casas, encontraram barracas. “Os ucranianos foram enganados. Esperavam encontrar o paraíso, mas o que se via era apenas um ‘matão’, com barracos de madeira. Diante dessa situação, ao chegar aqui, os mais velhos colocavam as crianças em um canto. No outro, faziam fogo e, em desespero, choraram a noite inteira”, relata o aposentado Rafael Latyki, ao lembrar o depoimento do seu avô, Gregório Latyki, quando chegou ao município.

A movimentação de pessoas tomava conta da pequena Vila de São João Capanema. Para facilitar a administração, a colônia foi dividida em 29 núcleos, que abrigariam cerca de 9.000 imigrantes. A demarcação dos lotes aos colonos, cada um com 10 alqueires de terra, foi traçada às margens do Rio dos Patos, formando as linhas coloniais, batizadas com nomes de personagens nacionais e meses do ano (Linha Setembro, Linha Outubro). As colônias que eram administradas por funcionários federais, passaram então à responsabilidade do Estado. O imigrante tinha que pagar pelo seu terreno com serviços, abrindo novas linhas, desbravando a mata virgem e cultivando o solo.

Acostumados com uma agricultura avançada e terras férteis na Ucrânia, só restava aos imigrantes contar com a sorte e a força do trabalho. “Sem dinheiro, sem nenhuma assistência, sem conhecimento da língua portuguesa, sem meios de comunicação, sem transporte, sem estradas e sem ferramentas. Diante de todas essas dificuldades, foram forçados a desbravar os sertões”, relata a diretora do Museu Milênio, Meroslawka Krevei.

O problema inicial, porém, era desbravar a mata virgem e cultivar o solo. Com o passar dos anos, os colonos começaram a construir as suas casas e cultivar roças, plantando milho, feijão, trigo, centeio, e o famoso trigo sarraceno chamado “Hrétchka”.

Hoje, o Brasil concentra a maior população ucraniana da América Latina com pouco mais de 500 mil ucranianos e descendentes, segundo dados da Representação Central Ucraniano Brasileira (RCUB). Desse total, 81% vivem no Paraná e só em Prudentópolis 70% da população são de origem ucraniana.

A cidade Prudentópolis

A cidade se originou quando o bandeirante Firmo Mendes de Queiroz derrubou as primeiras árvores para construir a sua casa, entre o Rio dos Patos e a Serra da Esperança, em 1882, início de construção da estrada em direção ao Oeste do Estado. No local, um armazém foi instalado e se tornou o ponto de referência aos trabalhadores e moradores da mata. Mais tarde, o Padre Stumbo, vigário de Guarapuava, sugeriu ao pioneiro a construção de uma capela. O povoado começou a se formar por causa da construção



da Igreja São Batista em 1884. A vila foi batizada com o nome de São João de Capanema, em homenagem ao Barão de Capanema, que por ali passara ao visitar as linhas telegráficas.

Ao final de 1884, o governo federal iniciou o processo de colonização da região com a doação de terras. A partir disso, a colônia recém-formada é denominada como Prudentópolis, em homenagem ao então presidente da República, Prudente de Moraes.

Hoje a cidade se caracteriza pela colonização ucraniana, é claro, e a principal atividade econômica é a agricultura. No município há mais 8.000 pequenas propriedades que produzem feijão, milho e fumo. Ocupa o segundo o lugar no Estado com a maior produção da primeira cultura com 30.985 toneladas na safra 2012/2013.

Religião

A comunidade ucraniana e a cultura ancestral se mantiveram fortalecidas por causa da forte religiosidade. Assim que chegaram à terra prometida, já mandaram erguer uma capela e chamaram um sacerdote. A fé foi a sustentação dos costumes, danças, gastronomia e até o idioma.

Diante dos grandes desafios na terra brasileira, só restava relembrar do passado na Ucrânia. A única alternativa era recorrer

à igreja. Vão ao encontro dos padres locais, mas a língua impedia um entendimento entre eles. Os imigrantes fizeram um abaixo-assinado para que enviassem sacerdotes. “Temos necessidade da igreja. Enviem-nos sacerdotes. Mandem padres que nos entendam. Estamos sem batizados, casamentos (...)”, pediram. Em 6 de julho de 1897, chega o primeiro missionário Padre Silvestre Kizema, da Ordem dos Padres Basilianos do Rito Ucraniano-Católico. Nos anos seguintes desembarcaram mais padres da Ucrânia.

A primeira sede paroquial foi uma capela provisória, situada entre a Avenida São João e o Colégio da Irmãs. Logo após foi construída a Igreja de São Basílio, onde atualmente está instalado o Colégio Imaculada Virgem Maria. No dia 18 de abril de 1923, realizou-se a bênção da pedra fundamental da atual Igreja de São Josafat. A construção da igreja foi terminada em 1928. Em 1922 a paróquia ucraniana teve a visita pastoral do Metropolita André Scheptytskyi, Arcebispo de Lviv. No ano de 1939, a matriz de São Josafat foi sagrada pelo Arcebispo Dom João Butchko, auxiliar da Arquidiocese de Lviv. Enquanto os missionários faziam suas visitas às colônias, surgiam nos maiores núcleos capelas, igrejas e residências sacerdotais. Hoje, 36 igrejas estão espalhadas em 42 comunidades de Prudentópolis, com 5.000 famílias e aproximadamente 35 mil fiéis. No dia 28 de agosto de 2011, o município sediou a Reunião dos Bispos e Organizações Religiosas da Ucrânia (Sobór).



Educação



Com a chegada dos imigrantes, várias escolas foram criadas nas comunidades rurais. Eram particulares, geralmente funcionavam na casa do professor e o salário era pago pela própria comunidade. A educação foi um dos pilares da colonização ucraniana. “O imigrante ucraniano não veio em busca de riqueza. Ele queria criar o seu filho com liberdade. Que o filho fosse letrado”, observa Meroslawa. Na época, os professores lecionavam na língua portuguesa e ucraniana. “Eles tinham dificuldade para dar as aulas porque os alunos só entendiam ucraniano”, lembra.

A forte relação dos imigrantes com a educação contribuiu para que as Irmãs da Congregação das Irmãs Servas de Maria Imaculada se apressassem em abrir uma escola. Em 1913, as Irmãs fundaram o Colégio Imaculada Virgem Maria, que permanece até hoje, e acolheram 150 crianças. As meninas mais velhas aprenderam corte e costura, bordado, música, língua alemã e língua francesa.

Pracia



Os imigrantes ucranianos tinham a necessidade de receber notícias da Ucrânia e se comunicar na língua mãe. Em 1912, sai a primeira edição do jornal Pracia, editado pelos padres basilianos. Até hoje o jornal permanece em circulação e divulga notícias políticas, religiosas e eventos. Tudo que é publicado no jornal - redigido em português e ucraniano - passa pelas mãos do Padre Tarcísio Orestes Zaluski, de 75 anos. Além do jornal, os basilianos fundaram a Rádio Copas Verdes FM - 101,3 MHz. A programação, em idioma ucraniano, inclui orações, músicas e a transmissão da missa da matriz São Josafat.

Museu Milênio



As lembranças da comunidade ucraniana são preservadas no Museu do Milênio, inaugurado em 1995. O acervo inclui instrumentos de trabalho e do cotidiano dos imigrantes e descendentes que se radicaram em Prudentópolis. Há 21 anos, o comando da instituição é feito pela pedagoga aposentada Meroslawa Krevei, que já está cansada de receber jornalistas e historiadores em busca das raízes da colônia ucraniana em Prudentópolis. Mas é inevitável. Aos 76 anos, dona Meroslawa é o depositário e fonte inesgotável das melhores histórias dessa imigração. Ela perde seu jeito afável e adquire veemência ao abordar o passado do município.

Filha de lavradores, dona Meroslawa saiu do interior de Ivaí (PR) para estudar em Prudentópolis na década de 50 e se instalou como interna no Colégio Santa Olga. Estudou pedagogia na UEPG e se formou em 1977. Na década de 60, passou três anos na Espanha estudando Teologia e Ciências Sagradas. A sua dedicação ao povo ucraniano é reconhecida no município e no país. Já recebeu o título de cidadã-honorária de Prudentópolis e, em 2009, a condecoração do presidente da Ucrânia, Viktor Yushenko, pelos trabalhos realizados na comunidade ucraniana.

Grupo Vesselka



Assim como o bordado, a dança é uma tradição milenar da cultura ucraniana. Com um estilo de passos leves e acrobáticos, ela representa comemorações de colheitas e festas típicas no costume de cada região.

Com 55 anos de história, o grupo Vesselka de Prudentópolis inspira-se nos fatos históricos do seu povo para elaborar cada coreografia. A turma de 75 dançarinos, que se divide entre infantil, infanto-juvenil e adulto, passa o ano todo nos tabladros ensaiando para se apresentar fora do Estado e na Noite Ucraniana, festa típica do município. Um dos integrantes do grupo, Anderson Alexandre Lemos, não esconde a sua paixão pela dança. “É uma maneira de mantermos a nossa cultura viva”, diz o descendente de ucraniano, que há 17 anos faz parte do time de dançarinos. Mas ao contrário do que se pensa, o grupo não possui apenas integrantes com origem ucraniana. “Há alguns participantes que não possuem família ucraina, no entanto, acabaram adotando os costumes da nossa cultura”, conta.

A agenda cheia da equipe de bailarinos não se restringe apenas a Prudentópolis. Já se apresentaram em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e países como os Estados Unidos e Ucrânia. No início de 2011, o grupo se apresentou na posse da presidente Dilma Rousseff, em Brasília.

De geração para geração



Aos 66 anos, a dona-de-casa Sofia Ostapiv Ternopilski, orgulha-se em ter participado da primeira turma do grupo Vesselka, quando tinha apenas oito anos. No grupo, ela permaneceu até os 26 anos ao se casar com João Ternopilski.

A filha mais velha, Marina Ternopilski Zdebski, hoje com 39 anos, deu continuidade aos costumes e tradições da família. Ingressou ao Vesselka com 13 anos e durante as aulas conheceu o marido, Miguel Zdebski Neto, 42 anos. A maratona de ensaios do casal terminou em 1997, quando se casaram depois de três anos de namoro. Os passos da família continuam na dança. A filha do meio do casal, Leandra Zdebski, 15 anos, está no grupo desde 2008. “A minha vida se resumia totalmente ao grupo, o que era uma alegria. A mesma coisa que eu vivi, a minha filha está sentindo”, avalia Marina.

“A Ucrânia não morrerá jamais. Enquanto houver no mundo um grupo jovem que dance suas danças típicas, cante suas canções folclóricas e cultive as suas tradições como uma chama sagrada. Os valores ucranianos não de passar de uma geração para outra até o fim dos séculos”, Helena Kolody

Gastronomia



A gastronomia dos povos eslavos permanece viva na comunidade ucraniana. O famoso perohê ou varenyky, um tipo de pastel cozido com recheio de batata, a sopa de beterraba com repolho e costelinha de porco, chamada borsh, fazem parte da cozinha tradicional. Para cada ocasião, há um cardápio. Na Páscoa, a ceia inclui carne, ovos, laticínios e raiz amarga (chirin). Já para comemorar o nascimento de Jesus, o Natal, são elaborados 12 pratos a base de cereais, frutas e peixe.

Korovai



O korovai é um dos elementos fundamentais do casamento tradicional ucraniano. O pão doce, arredondado, com tranças, recebe na parte superior adornos feitos com a própria massa, em forma de lua e estrela que representam o casal. Também podem receber outros adornos como aves, animais, pinhas, ramos de trigo, flores e frutos. No centro do pão é colocado um pinheirinho, que simboliza a árvore da vida. “A árvore representa a alegria, a continuidade da humanidade”, explica Meroslaw. As tranças simbolizam a vida do casal.

Krakóvia



Não há como falar em Prudentópolis e não lembrar do sabor inconfundível da kravóvia. Embora Cracóvia seja o nome de uma cidade polonesa, o salame foi criado pelo filho de imigrantes ucranianos, Dionísio Opuchkevitch, na década de 70. O embutido especial elaborado com pernil suíno e temperado com alho, sal e pimenta se tornou símbolo da cidade. Agda Opuchkevitch, que há 15 anos administra o açougue da família, conta que o pai Pedro Opuchkevitch já produzia diversos tipos de salames e linguiças quando resolveu criar a krakóvia. Segundo ela, numa manhã, o seu avô Seu Dionísio e o pai elaboraram um embutido diferente. O produto foi degustado por um cliente exigente do açougue, o polonês e dono de uma churrascaria, Lucas Usoski. “Ele gostou muito do embutido e lembrou que o nome deveria chamar a atenção. Pensativo, Seu Lucas sugeriu krakóvia. Afinal como o fabricante era ucraniano, o nome polonês iria chamar a atenção dos clientes”, revela. A ideia deu certo. Nos anos 90 o embutido virou símbolo da cidade e se espalhou pelos mercados do Estado.

Pêssanka



Na história do povo ucraniano sempre esteve presente a tradição de colorir ovos. A arte que utiliza cera de abelha, bico de pena fino e uma tinta especial que fixa na casca do ovo, chamado de pêssanka. Calcula-se que a técnica surgiu 3.000 anos antes de Cristo. Para cada traço pintado há um significado.

O agricultor Marcos Mamus, 21 anos, descobriu há sete anos que tinha habilidade para colorir ovos. Na época resolveu fazer um curso na comunidade onde vive, Linha Piquiri, a 25 quilômetros de Prudentópolis. No sítio da família, durante o dia ele ajuda os pais, Teodósio e Lídia, a tomar conta do gado, das lavouras e milho e feijão. No período da noite, se dedica à arte de colorir ovos. “Passo horas fazendo pêssanka, é uma terapia para mim”, conta. Ele faz em média 60 peças ao ano, que são vendidas por encomenda. Incentivado pelos pais, sempre participa de exposições para mostrar o seu produto. E já tem planos para o futuro: quer ir à Ucrânia para aperfeiçoar a técnica de colorir ovos.

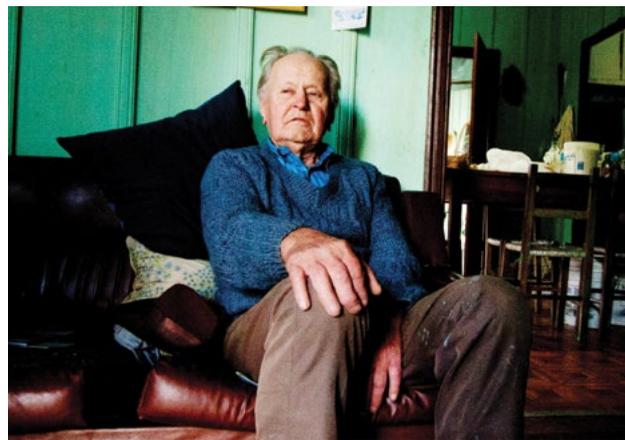
João Voanka, 82 anos



Desde 1958, o Armazém Voanka atende à comunidade ucraniana em Prudentópolis. No local é possível comprar de tudo um pouco, desde um par de agulhas a uma tubaína. Por trás dos

balcões está um senhor de 82 anos, João Voanka, que além de ser um legítimo ucraniano é o fundador do estabelecimento. Apesar da idade avançada, ele é ligado na tomada 220: “Sempre fui muito trabalhador”. A freguesia do estabelecimento é formada por clientes do interior, todos de origem ucraniana. “O primeiro requisito para ser vendedor por aqui é falar a língua ucraniana”, conta a neta Mariele Voanka.

Rafael Latyki



A 30 quilômetros de Prudentópolis, na região da Papanduva de Cima, numa casa simples de madeira mora Rafael Latyki, 88 anos, um senhorzinho simpático e bom de prosa. Neto de imigrantes ucranianos, ele não se esquece dos relatos dos avós. “Muitas famílias morreram de fome quando chegaram aqui”, emociona-se.

O seu avô, Gregório Latyki, chegou em Prudentópolis por volta de 1896. Uma viagem longa e sofrida. Saiu da Ucrânia e embarcou num navio pela Alemanha rumo ao Brasil. Durante a viagem, que durou alguns meses, Gregório perdeu os dois filhos por conta da fome. Chegou em Prudentópolis com a esposa, Matrona Bakolski, com a esperança de reconstruir a vida. Rafael recorda que os avós chegaram a passar fome, mas a principal dificuldade para eles era a ausência de padres na comunidade. “A adaptação ao novo país foi muito difícil. Eles estavam acostumados com uma agricultura avançada e terras férteis na Ucrânia, diferente das que encontraram por aqui”. Os avós conseguiram refazer a vida no Paraná, com os brasileiros aprenderam a plantar erva-mate e feijão.

O avô Gregório trouxe na sua bagagem a experiência de cultivar abelhas, o que se tornou uma paixão para o neto. A vocação é visível na parede na da sala da casa, onde estampa vários certificados, entre eles, o “Prêmio de Produtividade Rural” entregue pelo então presidente João Figueiredo em 1981. Além da produção de mel, dedicou parte da sua vida à agricultura. Plantou de tudo um pouco no sítio onde criou 13 filhos com a esposa Tecla Cacharoski (já falecida).

O plantio recorde de trigo

FAEP alerta ministérios sobre a isenção da Tarifa Externa Comum (TEC) de importação



A Conab estima que o plantio do trigo, iniciado no início de abril, deve ocupar 2,57 milhões de hectares no país, a maior área em 10 anos. Se São Pedro colaborar, a produção brasileira, basicamente no Paraná e Rio Grande do Sul, onde se concentra mais de 90% da produção, será de 6,71 milhões de toneladas. No ano passado a produção ficou 5,51 milhões. As importações foram recordes totalizando 7,5 milhões de toneladas em 2013, com desembolso para o Brasil de US\$ 2,5 bilhões em importação de trigo, principalmente dos EUA.

Notícias veiculadas nos meios de comunicação, revelam que novamente a Associação Brasileira da Indústria de Trigo (Abitrigo) está solicitando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a isenção da Tarifa Externa Comum (TEC) de 10% para importações de 2,5 milhões de toneladas de trigo, entre maio e agosto, provenientes de países não integrantes do Mercosul, especialmente dos EUA e Canadá. Nesses países, os produtores já possuem amplos benefícios de políticas de subvenção da renda.

Alerta da FAEP

Ou seja, não é apenas o clima o maior temor dos produtores, mas o que acontece também em Brasília. Coincidindo com o início do plantio, no último dia 11, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, fez um alerta, através de ofício aos Ministérios da

Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, do Planejamento, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e à Casa Civil. O documento solicita ao governo federal que mantenha a TEC para países não integrantes do Mercosul. “A isenção da TEC a países fora do Mercosul vai desestimular o setor produtivo e o abastecimento interno do cereal”, justifica Ágide.

O presidente da FAEP observa que o Mercosul tem disponível para exportação na temporada 2013/14 a quantidade de 4,15 milhões de toneladas – 2,5 milhões de toneladas da Argentina, 1,2 milhão do Uruguai e 450 mil toneladas do Paraguai. Em 2014, até final de fevereiro, o Brasil importou cerca de 430 mil toneladas destes países. “Portanto, há pelo menos 3,5 milhões de toneladas disponíveis de trigo para exportação nestes países e a maioria será para o Brasil. O setor produtivo tem trabalhado para reduzir a dependência de trigo importado e acredita que esta medida de zerar a TEC não é necessária. Há trigo disponível no Mercosul para abastecimento da indústria brasileira até a entrada da safra brasileira, que começa a ser colhida em setembro”, explica.

Segundo ele, caso efetivamente a Câmara de Comércio Exterior (Camex) conceda a isenção da TEC, haverá um impacto negativo nas expectativas dos produtores que estão em pleno plantio da safra no Brasil. “A isenção vai provocar redução dos preços ao produtor, a falta de liquidez do trigo no mercado, refletindo em maior inflação na safra seguinte”.

Fábio Meirelles: “Por uma política agrícola plurianual”

A análise e as reflexões do presidente da FAESP sobre o agronegócio



As grandes questões do agronegócio neste ano eleitoral e sua competitividade no mercado internacional foram discutidos no “Fórum Estadão – Brasil Competitivo; Sustentabilidade no Campo II”, realizado este mês. O evento foi promovido pelo Grupo Estadão e a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) e publicado em caderno especial pelo jornal “O Estado de São Paulo” (12.04). Um resumo das discussões, opiniões, análises e depoimentos estão nas próximas páginas.

.....

Fábio Meirelles é presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP)

Não se pode pensar em agronegócio sem pensar na realidade da produção. Não podemos dispensar a visão social de quem trabalha nas atividades agropecuárias. O Brasil não conta até agora com uma política agrícola de médio e longo prazo, e também não dispomos de instrumentos de proteção para a nossa produção. A agricultura brasileira não conta com uma política agrícola adequada. Os resultados positivos do Agro são obtidos com um sacrifício desnecessário dos nossos produtores, que não dispõem de instrumentos de proteção contra os riscos inerentes à atividade.

A contribuição da classe rural é inequívoca para o abastecimento da população, equilíbrio das contas externas, geração de emprego e renda e, inclusive, manutenção da ordem e da paz social.

A estruturação da nossa política agrícola ganhou

impulso na década de 60, com a criação do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e reformulação da PGPM – Política de Garantia do Preço Mínimo (PGPM). Na década de 70, houve a criação da EMBRAPA e o estabelecimento das primeiras políticas setoriais, com a criação do Pró-alcool, edificando o mais bem-sucedido programa de energia renovável do mundo. Esse período, que durou de 1965 a 1985, é conhecido como fase de “modernização da agricultura”.

De 1985 a 1995, passou-se pela fase da “transição da agricultura”, com planos de estabilização econômica, abertura comercial e redução do crédito oficial. De 1995 para cá, a política agrícola entrou em uma fase denominada de “agricultura sustentável”, com menor intervenção do governo e políticas orientadas ao mercado. Essa fase ainda está em curso e é apropriado, por conseguinte, contribuir com novas diretrizes para a reestruturação de

seus instrumentos.

Nessa esteira que a nossa Federação tem defendido uma política agrícola plurianual, com horizonte de execução de 4 ou 5 anos e programas setoriais permanentes, lastreada na elevação da produtividade, no ganho de eficiência, na segurança alimentar e na estabilização da renda no campo.

Nessas bases, temos certeza, conseguiremos lograr o equilíbrio econômico nas cadeias produtivas, abastecimento e controle da inflação, manutenção dos empregos no campo, conservação ambiental, continuidade dos investimentos e eficiência produtiva, pilares da almejada sustentabilidade.

Cada vez mais, nos convencemos que um instrumento que precisa ganhar preponderância na política agrícola brasileira é o seguro rural. Esse instrumento pode ajudar os produtores a lidar com os riscos de mercado e climático, sustentando a receita agropecuária no campo, sem criar incentivos e vantagens artificiais, ou causar distorções no mecanismo de preços do mercado.

A segurança alimentar deve ser um dos principais objetivos da nação, dos órgãos públicos e entidades privadas legalmente constituídas, mas, lamentavelmente, esse tema não parece estar devidamente conectado com a política agrícola em curso.

A preocupação maior da FAESP é o abastecimento dos quase 200 milhões de brasileiros e, em segundo, o suprimento de países e populações que não são autossuficientes e dependem do Brasil.

Proponho uma reflexão sobre as seguintes questões:

- A política agrícola é eficiente, ela atende as necessidades do setor e do país?
- Quais instrumentos devem estar contemplados na política agrícola? O que está certo? O que deve ser corrigido?
- O seguro rural não deveria ter uma relevância maior na política agrícola brasileira?
- A segurança alimentar está vinculada com a política agrícola brasileira?

Ineficiência logística

As deficiências nos portos, transporte rodoviário e ferroviário e na logística agropecuária de uma forma geral são de conhecimento comum. Contudo, as medidas necessárias à reversão do quadro atual não estão sendo adotadas com a amplitude requerida e no tempo necessário.

Nossa ineficiência logística drena a competitividade gerada dentro da porteira. Infelizmente, da porteira para fora, os produtos agrícolas começam a ter sua competitividade-custo corroída, pois transportar uma tonelada de soja do Centro-Oeste para a China custa cerca de US\$ 100,00/tonelada a mais do que dos Estados Unidos. A conclusão é óbvia, temos que ser competitivos em todos os elos, pois, a ineficiência de um, limita todos os segmentos da cadeia produtiva.

É necessário enfrentar essa realidade com pragmatismo, do contrário, não conseguiremos superar esse entrave em médio prazo. É imperativo analisar a questão logística em outra perspectiva, verificando o que o Brasil demandará em infraestrutura para os próximos 10, 20 e 30 anos, para começar agora o planejamento e a execução das obras necessárias. Sem isso, o hiato logístico não será superado.

Minha sugestão é a análise às seguintes questões:

- Qual o tamanho do déficit logístico? As ações demandadas estão sendo implantadas? Quais projetos são prioritários e em quanto tempo pode se esperar uma solução satisfatória?
- Qual deve ser a participação de cada modal na matriz de transporte brasileira?
- O problema é de falta de investimento ou ineficiência da gestão pública?
- O que pode ser feito para mitigar os entraves e elevar a eficiência logística em curto prazo?



Logística brasileira, 30 anos de atraso

Investimento anual do governo em logística é de R\$ 15 bilhões, enquanto que seriam necessários no mínimo, R\$ 400 bilhões

Tânia Rabello - O Estado de S.Paulo

O PIB brasileiro em 2013 foi de R\$ 4,8 trilhões. Deste total, 19,23%, ou R\$ 923 bilhões, representam o que se gasta com logística no Brasil. Para o bem ou para o mal. Embutido nesse valor, está também o desperdício, ocasionado pelas rodovias mal conservadas; pela baixa integração e insuficiência de modais mais baratos, como ferrovias e hidrovias; por portos e terminais de carga com capacidade aquém da demanda atual; por aeroportos insuficientes e superlotados, além de deficiência de armazenagem.

Nestes números, apresentados pela consultoria gaúcha Intelog, especializada em cálculos logísticos, está tanto o dinheiro “bem gasto” quanto o dinheiro “mal gasto”, explica o diretor-presidente da Intelog, Paulo Manzel, acrescentando que, dadas as deficiências acima, o dinheiro do desperdício supera em 13,03% os recursos que efetivamente deveriam ser investidos em transporte

e logística para tudo o que se produz no país. “Ou seja, o custo logístico ideal do Brasil deveria ser de 6,2% do PIB”, diz Manzel, acrescentando que, nos Estados Unidos, este custo é de apenas 8,5% do PIB.

Safra de verão

E é o agronegócio, responsável há anos pelo superávit da Balança Comercial Brasileira e por quase um terço do PIB do país, um dos setores que mais sofrem com as deficiências logísticas para escoar sua produção, principalmente entre fevereiro e abril, período em que a safra de verão é colhida e tem de ser distribuída pelo país ou escoada para os portos, para exportação. Ainda segundo Manzel,



o impacto da logística no agronegócio é de 8% do Valor Bruto de Produção (VPB), que é tudo o que o setor produz em um ano. O VPB de 2013 ficou em R\$ 421,5 bilhões, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

“Este ano o escoamento da safra só não tem sido tão caótico quanto foi no ano passado porque a safra norte-americana de milho foi normalizada - reduzindo as necessidades de exportação do cereal pelo Brasil”, diz o diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes, que continua: “Ou seja, não houve coincidência de grandes volumes de milho e soja nos portos de exportação”, diz. “Além disso, este ano não tem chovido no período de embarque dos grãos no porto. Quando chove - e no ano passado choveu muito - toda a operação de carregamento dos navios tem de ser paralisada.”

“O que se conclui, então, é que a relativa “normalização” do escoamento da safra brasileira de grãos, que deve alcançar 190 milhões de toneladas em 2013/2014, um recorde, deu-se mais por questões climáticas do que por efetivas melhorias de infraestrutura e logística”, diz Mendes.

R\$ 700 bilhões

“O que estamos vendo ao longo dos anos por parte do governo federal são só medidas paliativas para tentar minimizar os gargalos de escoamento das safras”, declara o presidente da Seção

de Cargas da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Flávio Benatti. A CNT elaborou, em 2011, um extenso plano de transporte e logística - que está sendo atualizado este ano, informa Benatti - no qual, segundo a entidade, seriam necessários cerca de R\$ 700 bilhões para implementar obras integradas, desde a origem até o destino das cargas, para resolver o problema dos transportes no país, não só do agronegócio. “Para ver como os investimentos no setor têm sido tímidos, basta dizer que o governo previa gastar, em todos os modais de transporte, no orçamento do ano passado, R\$ 15,33 bilhões e, ainda assim, só R\$ 13,4 bilhões foram efetivamente empenhados”, informa o representante da CNT.

“O governo já sabe e inclusive tem bons e completos planos de logística de transportes”, comenta o engenheiro agrônomo Antônio Carlos Costa, gerente do Departamento de Agronegócios da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que lançou, recentemente, o Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro), um termômetro específico para o setor produtivo, além do Outlook Brasil 2013 - Tendências do Agronegócio, com projeções para o setor até 2023. “O problema é que mesmo que esteja trabalhando para melhorar todas as deficiências do agro, o que notamos é que não são ações integradas”, diz Costa, “Mesmo as ações de curto prazo deveriam vislumbrar um cenário para daqui a dez anos, e não vemos isso acontecendo.”

O agrônomo da Fiesp revela que, no IC Agro, uma das perguntas que foram feitas para o setor produtivo foi se os produtores acreditavam que o governo estava empenhado em investir em



infraestrutura e logística principalmente para a produção agrícola. “Um total de 58,3% dos produtores não acredita que o governo brasileiro esteja realmente empenhado em resolver essas questões”, comenta Costa.

Entretanto, a mesma pesquisa indica que o produtor está disposto a investir, ele mesmo, nesses segmentos. “Um total de 35% dos produtores entrevistados disseram que investiriam em infraestrutura e logística, como armazenagem (em primeiro lugar), estradas, benfeitorias, e equipamentos de irrigação”, diz Costa. “Isso mostra claramente que o setor privado está fazendo um trabalho que deveria ser prioritariamente do governo e revela, ao mesmo tempo, que, quando há uma política agrícola na direção certa, o produtor corresponde”, diz Costa, referindo-se à intenção prioritária de o agricultor investir em sistemas de armazenagem. “Esta intenção detectada no IC Agro, divulgado em fevereiro deste ano, já pode ser consequência do Plano de Armazenagem, lançado pelo governo federal em julho do ano passado, no Plano de Safra 2013/2014.”

A questão do armazenamento

Anunciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em julho do ano passado, dentro do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, advinda do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra). O programa prevê a liberação de R\$ 25 bilhões, ao longo de cinco anos, na razão de R\$ 5 bilhões por ano, para financiamento de sistemas de armazenagem - incluindo a obra civil, com juros de 3,5% ao ano, carência de três anos para começar a pagar e prazo de 15 anos. O plano de armazenagem foi lançado para começar a sanar uma deficiência crônica do agronegócio brasileiro e cada vez mais urgente de ser solucionada, dado o caos logístico de escoamento da safra do lado de fora da porteira - a falta de armazéns para estocar a safra nas propriedades rurais.

Conforme preconiza a FAO, órgão da ONU para a agricultura e alimentação, a capacidade estática ideal de armazenagem de um país deve ser pelo menos 20% maior do que a colheita total. O Brasil está bem aquém dessa recomendação. Para uma safra 2013/2014 de 190 milhões de toneladas, a capacidade estática do país está em 145,7 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), um déficit de 23,5%. Se considerarmos o excedente ideal preconizado pela FAO, o déficit salta para 43,5%. Além disso, o nível de capacidade de estocagem nas unidades produtoras brasileiras é de apenas 13%, quando nos Estados Unidos, por exemplo, chega a 40%, conforme o diretor da Esalq/USP, José Vicente Caixeta Filho.

Um retrato fiel dessa deficiência pôde ser constatado na safra passada, quando milhões de toneladas de milho de uma supersafra do cereal “dormiram” por dias para fora dos silos no Centro-Oeste, principalmente em Mato Grosso.

Otimismo

“O plano de armazenagem certamente deve melhorar a situação”, diz o consultor especializado em logística da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Edeon Vaz Ferreira. “Temos, em Mato Grosso, capacidade de armazenar apenas 65% da safra; os 35% restantes têm de ser escoados logo após a colheita”, diz ele, acrescentando que a linha de financiamento tem atraído o produtor. Os números do Banco do Brasil confirmam isso. Conforme a instituição bancária - o principal operador do país em linhas de crédito rural, com 66,1% dos recursos, ou R\$ 145 bilhões até dezembro de 2013 -, a Região Centro-Oeste tem sido o segundo maior captador dos recursos deste plano, com 23,3% das liberações, ante 60,3% da Região Sul - mais tradicional em armazenagem no nível da propriedade rural.



Ainda segundo o BB, desde que o Plano de Armazenagem foi lançado, já foram acolhidos R\$ 2,3 bilhões em propostas. “Destes, R\$ 791,7 milhões foram liberados até 4 de abril”, informa o vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do banco, Osmar Fernandes Dias. “Somente no BB existem em curso em todas as fases (análise, em liberação e liberadas) das diversas fontes (poupança rural, BNDES, FCO e Agricultura Familiar) mais de R\$ 2,3 bilhões, o que representa 46% do volume total programado por ano dentro do Programa de Armazenagem.”

A indústria da armazenagem também comemora o Plano do governo, que financia não só a estrutura metálica dos silos, mas o sistema como um todo, inclusive a obra civil, uma das partes mais caras de todo o sistema. Segundo o diretor vice-presidente da Kepler Weber - a maior fabricante de sistemas de armazenagem do país -, Olivier Colas, “esta linha é extremamente interessante para o setor”, diz. “O Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) deve representar novos negócios da ordem de 70% este ano”, acredita. “Só em janeiro já tivemos um incremento de 40% nas vendas em relação ao mesmo mês do ano passado”, comemora o executivo que, satisfeito com as condições propostas no PCA, dispensa modificações nas condições do programa no próximo Plano de Safra, a ser anunciado no começo de julho. “Sinceramente, não precisa de mais nada, pois as condições são bastante atrativas”, diz. “O que poderíamos propor seria um aumento na verba anual de R\$ 5 bilhões, mas ela tem contemplado as necessidades atuais do setor.”

FIFA

Rapidez do governo em relação à Copa do Mundo foi contraposta à lentidão nas ações para estruturar a agricultura

O agronegócio também quer infraestrutura e logística “padrão Fifa”. Os gargalos para escoamento da produção nacional sempre estiveram na pauta do setor, mas diante da agilidade na construção dos estádios para a Copa do Mundo de Futebol a cobrança cresceu, e a comparação com o modelo “primeiro mundo” foi inevitável. “Não ganharemos a Copa (do agronegócio) se mantivermos a infraestrutura e as instituições da área de logística como estão”, declarou o diretor executivo da Procomex - Aliança Pró-Modernização Logística de Comércio Exterior, John Edwin Mein. “O setor aguarda há tantos anos a solução para o gargalo em logística... E todos os estádios para a Copa estão sendo feitos em tempo recorde”, desabafou o diretor e professor titular da Esalq/USP, José Vicente Caixeta Filho.



Seguro rural incentiva agricultura nos EUA

No Brasil, estímulo governamental vem principalmente de crédito subsidiado



Demanda antiga dos agricultores brasileiros, o seguro agrícola é uma realidade nos Estados Unidos e a partir deste ano será ainda mais robusto, graças à nova política para o setor, aprovada no começo do ano. A nova Farm Bill assegurará ao setor produtivo do país capacidade de investimento nas lavouras e ampliação da produção.

É notória a diferença entre a segurança de renda entre produtores brasileiros e norte-americanos. Com a aprovação da nova Farm Bill (Política Agrícola) nos Estados Unidos, produtores recebem subsídio para contratar seguro agrícola para até 95% da renda prevista para a safra, em caso de perdas por preços ou por adversidades climáticas, ressaltou o professor Robert Thompson, da Johns Hopkins University of Advanced International Studies. Ele destacou o crescimento da importância do seguro rural na política agrícola norte-americana. Segundo ele, a nova Lei Agrícola (Farm

Bill) norte-americana se baseia no seguro agrícola e tem como principal mudança a possibilidade de produtores garantirem até 95% da receita. “O produtor tem a opção de contratar uma cobertura adicional, de 86% a 95%”, ressaltou. Até a lei agrícola anterior, o teto de seguro era de 85% da receita. Mesmo em 2012, quando o teto fixado para o seguro era de 85% de projeção dos ganhos, a receita agrícola do país bateu recorde, conforme o pesquisador. “Nos Estados Unidos, 75% das apólices são por seguro de receita, não de produção”, afirmou. Para Thompson, o seguro da agricultura “é cada vez mais importante e deve ser incorporado à política pública” também no Brasil.

Antônio M. Buainain e Pedro Loyola*
O Estado de São Paulo (15.04.2014)

No Brasil a cultura de “terceirizar” responsabilidades por problemas que poderiam ter sido evitados encontrou solo fértil e é hoje patrimônio nacional. Segundo o governo, os fatores externos explicam quase todas as dificuldades que enfrentamos, da “interminável” crise internacional - já superada pelo mundo afora, mas que continua “explicando” a estagnação brasileira - à má vontade de São Pedro, que não fez chover o suficiente e nos colocou na iminência do racionamento de água em São Paulo e de um apagão generalizado em plena Copa do Mundo. Parece não existir planejamento hídrico e energético.

No caso da agricultura, ainda que o excesso ou a falta de chuva sejam de fato importantes, os problemas mais emblemáticos estão mesmo associados à má gestão das políticas públicas, a falhas do Estado, que hoje são bem maiores que as de mercado. A fragilidade política e a partidização da gestão têm se refletido em deficiências na condução e no desempenho da maioria dos programas e políticas, e explicam desde os maiores gargalos, infraestrutura e logística do escoamento da produção, até os mais simples, como as responsabilidades rotineiras do Ministério da Agricultura.

Evidência insuspeita do descaso com a agricultura é o resultado da auditoria do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com o objetivo de avaliar a eficácia na mitigação de riscos da atividade agropecuária e identificar oportunidades de melhoria no programa.

O parecer dos auditores é claro: a situação encontrada impede o desenvolvimento do mercado de seguro rural. O programa apresenta inúmeras fragilidades, todas associadas à gestão, como a publicação intempestiva das regras em relação ao período de plantio; o contingenciamento, a distribuição e os atrasos dos repasses de subvenção, que restringem a concorrência entre seguradoras e a própria qualidade do serviço prestado; as deficiências nos controles internos e no monitoramento de impactos da política, que impedem a

correção dos erros e, por fim, a ausência de um fundo garantidor de perda catastrófica eficiente, assunto que está parado no Ministério da Fazenda há mais de três anos. Ainda bem que não ocorreu nenhuma catástrofe no período, cuja conta acabaria no Tesouro sem impedir danos profundos às seguradoras e aos agricultores.

O resultado é que a política de seguro rural não alcançou os objetivos definidos pelo próprio governo, e menos de 20% da área cultivada está protegida. De um lado, a indústria (seguradoras, resseguradoras e corretores) não tem segurança para investir no aprimoramento e no desenvolvimento dos produtos, no aumento de suas carteiras e na expansão territorial para além de algumas regiões do Centro-Sul do país. De outro, os produtores não podem e não têm confiança para contratar o seguro livremente, e operam no limite estreito definido pelo governo. E, com isso, mantemos o setor que hoje movimenta 41% das exportações, representa 22% do PIB e gera 33% dos empregos nas mãos de São Pedro. Em contrapartida, a nova Lei Agrícola americana turbinou o programa de seguros para garantir a renda do produtor contra a quebra de produção e de preços.

A agricultura tem efeito multiplicador na economia brasileira mais forte que a Copa do Mundo, e é preciso cuidar dela, pois o ciclo de preços altos, que asseguraram nossa competitividade apesar das grandes ineficiências sistêmicas, pode estar no fim. A arrumação da casa do governo federal é essencial para assegurar a estabilidade na oferta de alimentos, conter a inflação, promover o desenvolvimento econômico no interior do país, criar empregos e manter o agricultor no campo.

O ano parece perdido. A Copa está batendo na porta e já estamos vivendo o clima de campanha eleitoral, em que todas as promessas são válidas, independentemente da viabilidade e da seriedade. Mas é bom que os candidatos prestem atenção, de verdade, na agricultura. A receita do que fazer é bem clara. Basta um pouco de vontade e muita competência.



**Antônio M. Buainain e Pedro Loyola são, respectivamente, professor da Unicamp e economista da FAEP.*

A lentidão do governo brasileiro

Foi o senso comum entre os participantes do Fórum Estadão - Brasil Competitivo, “A Sustentabilidade no Campo II”.



Para o coordenador de Projetos do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Mauro Resende Lopes, no Brasil não há, por exemplo, uma cultura de avaliação de políticas públicas, “e sim uma insegurança institucional muito grande”, enfatizou. Segundo Lopes, a política agrícola nacional sofre de falta de governança institucional. “Resolver essa governança não é muito fácil, mas ficar sem ela é muito ruim.”

Ele ressaltou as constantes mudanças de pessoas em cargos, muitos deles técnicos, como a saída de Ênio Marques e de Célio Porto, do Ministério da Agricultura. “Os quadros técnicos do Ministério foram ‘lipoaspirados’, desidratados. A pasta perdeu a musculatura do conhecimento, da capacidade técnica”, disse, completando que é impossível ter improvisação na discussão de uma política agrícola.

Os especialistas também defenderam que o ano no qual ocorre eleições é período de oportunidade para reivindicações. Entretanto, conforme Lopes, do Ibre/FGV, no caso do setor agrícola nacional, a limitação dos pleitos esbarra no capital político. “Dessa forma, devemos nos fixar em um conteúdo mínimo e tentar hierarquizar as prioridades, embora não seja característica do brasileiro”, disse.

A estrutura atual em logística e infraestrutura brasileira possui um desenho partidário e não de política pública. “Não temos visão integrada de logística no país. Sinto que é mais interessante ter um lugar para colocar amigos do que resolver as deficiências”, disse. Caixeta Filho, da Esalq-Log, avalia ser esta uma questão de agenda do Estado, e não de governo. “Recursos financeiros e bons projetos temos aos montes. Não dá para planejar logística no curto prazo. Independentemente do partido político no poder, precisa haver um compromisso de longo prazo”, ressaltou.

Ele, por exemplo, prevê que o Brasil vai continuar dependente da modalidade rodovia nos próximos 15 a 20 anos. Ele ressaltou que o governo seguirá tendo papel importante na melhoria da logística do país, mas claramente não será como investidor e sim como gestor. “O governo assumiu saúde, educação, saneamento, segurança. Transporte e logística não parecem prioridade”, salientou.

Já os investimentos em infraestrutura ferroviária, conforme o diretor da Esalq, têm sido feitos por grandes empresas privadas, o que significa, porém, que o pequeno produtor não consegue se apropriar do menor custo logístico. “O produtor não consegue ir ao balcão da ferrovia negociar o escoamento da safra. Ele precisa vender a produção para um agregador, uma trading, por exemplo”, afirmou. Na prática, o custo cerca de 20% menor com o transporte via ferrovia não beneficia o produtor.

Na questão da expansão da malha ferroviária do país, que atualmente conta com cerca de 30 mil quilômetros de extensão, Caixeta Filho avaliou que o entrave é devido a problemas no marco regulatório para investimentos e que há muitas divergências entre empresas e governo. Segundo ele, o marco regulatório das concessões de ferrovias é questionado a todo momento e também existe o “problema” de oligopólio no setor, controlado majoritariamente pela Vale e pela ALL.

Parcerias privadas - Entretanto, elogiou a iniciativa das tradings Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus, de união para investimento em ferrovias com escoamento pelo norte do País. “É o único caminho que essas empresas têm para justificar o investimento e uma das únicas alternativas de curto prazo. Ainda bem que eles estão a fim de se juntar e fazer isso”, afirmou.

Outro ponto da logística discutido foi a desburocratização e modernização dos processos nos portos nacionais. O sistema atual exige a presença de vários técnicos de diferentes áreas do governo para realizar a exportação ou importação de produtos. “A solução seria um único representante do governo na fronteira para liberar tudo. É assim que funciona na Suécia, por exemplo”, disseram especialistas. Para cada dia adicional que um produto demora a ser despachado para o exterior há um aumento de 0,84% no custo da mercadoria. O Brasil leva, em média, 17 dias para embarcar um produto, enquanto na Europa o prazo é de três dias, em média.

Janela única - Desde dezembro de 2013, há um pedido na Casa Civil para criação de uma janela única do governo nas fronteiras. “Um lugar único onde podemos interagir com o governo em vez de vários atores, pleito este já com o aval do secretário da Receita Federal e do ministro da Fazenda. Mas a sociedade precisa fazer pressão, senão ela não sai, disseram os participantes do Fórum, pois a medida proporcionaria a modernização dos processos nos portos.



Falha de gestão

Preços e políticas públicas.

Walter Belik, da Unicamp, lembrou que os governos têm reduzido a atuação na formação de estoques públicos, que garantem estabilidade de preços e acesso a alimentos em períodos de incertezas climáticas ou de choque nos preços internacionais. “O Brasil tinha seis dias de estoque de feijão na Conab na crise de 2008”, afirmou. Um choque de preços mais recente foi em 2012, o ano da seca norte-americana. Com a perda de mais de 100 milhões de toneladas de milho nos Estados Unidos naquela temporada, a demanda pelo cereal brasileiro para exportação aumentou e os preços domésticos do cereal dispararam. O governo, que tinha pouco produto em estoque, teve dificuldade de auxiliar no abastecimento de agroindústrias de regiões consumidoras do cereal no Sul e no Nordeste.

Estoques - Belik reforça que a alta nos preços dos alimentos também é explicada por aumento da demanda e pela redução dos estoques mundiais. “Normalmente os estoques de grãos são suficientes para um mês e meio de consumo o que, segundo a FAO, é muito baixo.”

A perda de alimentos na cadeia produtiva, que chega a ser estimada em um terço de tudo o que se produz mundialmente, também afeta a oferta para a população. Para Robert Thompson, o índice é considerado “escandaloso”. Mais do que isso, o professor norte-americano ressalta que, apesar de o mundo estar concentrado no crescimento de demanda da China, a Índia e a África subsaariana devem elevar a demanda por alimentos nos próximos anos. A estimativa da FAO é a de que a população mundial deverá alcançar 9 bilhões de pessoas em 2050, e que a produção de alimentos deveria crescer em até 70% para alimentar essa população.

Garantia de proteção

Estufas são uma espécie de seguro de renda para horticultores

Por Katia Santos



Filho de descendentes poloneses e italianos, João Celso Brazi, sempre foi um trabalhador assalariado (motorista), mas depois de se aposentar há dois anos, adquiriu uma pequena propriedade rural (5.000 m²), no município de General Carneiro, no Sul do Estado. Esse município é considerado um dos mais frios do Paraná, sujeito a geadas e às vezes até neve, uma barreira que Brazi teria de enfrentar no seu projeto de cultivo de hortaliças.

Ele buscou formação para atuar na área agrícola no SENAR-PR e descobriu no curso Programa Empreendedor Rural e três de Olericultura, que com estufas poderia driblar as intempéries do clima e produzir as hortaliças o ano inteiro. No total são 1.700 m² de cultivo protegido distribuídos em cinco estufas. O investimento do produtor foi de R\$ 4.000,00 onde se espalham 21 tipos diferentes de hortaliças durante todo o ano.

“Funciona como um seguro de renda. A estufa é uma ferramenta que me traz tranquilidade”.

Além da estufa ele agregou outras técnicas como adubação orgânica, com esterco peneirado; e no inverno nebulização com fumaça para neutralizar o efeito do frio rigoroso principalmente nas folhas de alface. Brazi fornece hortaliças para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e quando há excedente de produção ele monta Cestas Verdes e vende direto ao consumidor.

“Nos cursos de olerícolas do SENAR-PR entendi que a na estufa era uma forma de garantir a produção o ano inteiro. Funciona como um seguro de renda. A estufa é uma ferramenta que me traz tranquilidade, pois sei que vou produzir, colher e vender”, comenta.

Ampliação de área

No Norte do Paraná, o gerente regional da Emater de Cornélio Procópio, Paulo Idalgo, informa que o cultivo de hortaliças em ambiente protegido também tem aumentado nos últimos anos como um meio de contornar as mudanças climáticas. Em Faxinal, por exemplo, cerca de 300 produtores produzem em 2.000 estufas; em Bandeirantes 160 produtores têm 900 estufas e na região de Santo

Antônio da Platina 80 produtores produzem em 200 estufas.

“Os produtores estão transferindo o cultivo em campo aberto para o ambiente protegido ou casa-de-vegetação como chamamos, mas no Norte o motivo é o calor e o excesso de chuvas e chuvas de granizo, que causam muitos estragos nas hortaliças. Quem produz em estufa consegue produzir mais e melhor, principalmente, na entressafra quando o preço das verduras está mais alto”, explica.

O engenheiro-agrônomo conta que com as estufas o produtor acaba investindo mais em tecnologia para melhorar a qualidade e a quantidade da produção. O modelo utilizado pelos produtores na região é o conhecido como estufa guarda-chuva, sem ar condicionado, mas que traz bons resultados.

“O modelo da estrutura da estufa é fundamental para o produtor garantir a produção e obter mais renda”.

Ele orienta os produtores, devido ao clima quente que predomina na região, a escolha de um modelo de estufa que garanta a ventilação. O modelo que garante maior circulação do ar é o utilizado na região de Bandeirantes, mais alta e com vão aberto.

“O produtor, que adota a estufa como ferramenta para

melhoria da produção, e conseqüentemente aumento da renda, precisa ficar atento para o momento da aplicação de adubos. A segurança de quem aplica deve ser uma prioridade com o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e claro com orientação técnica”, lembra.

Para evitar o excesso de adubação e utilização de água nas estufas, a Emater disponibiliza aos produtores rurais planilhas de aplicação. Ele sugere outras ações que ajudam o agricultor a agregar outras técnicas no cultivo protegido como:

- 1) O plantio direto dentro da estufa para olericultura, o que contribui muito para o controle da temperatura nas áreas de clima quente;
- 2) O padrão estrutural das estufas adequado ao clima de cada região;
- 3) O uso de fitilho no cultivo vertical ao invés do bambu, que traz doenças e compromete a sanidade vegetal;
- 4) A adoção do gotejamento para usar a água de forma racional;
- 5) A adubação por fertirrigação (uma técnica de adubação que utiliza a água de irrigação para levar nutrientes ao solo cultivado);
- 6) O Manejo Integrado de Pragas, e
- 7) O uso de EPI na aplicação dos insumos.

“Essas medidas formam um arcabouço tecnológico, que o produtor deve adotar para reduzir o impacto no solo, em uma atividade intensiva como a olericultura e obter maior rentabilidade com atividade”, finaliza.



Recomendações da Embrapa

A Embrapa Hortaliças, unidade Brasília, também desenvolveu estudos sobre o uso de estufas no cultivo de hortaliças. Veja as orientações do pesquisador do Laboratório de Irrigação, Marcos Brandão Braga, doutor em Irrigação e Drenagem.

BI – O Sr. concorda que hoje a estufa funciona como um seguro de renda ao produtor por causa dos problemas causados pelo clima?

Sim, desde que o produtor faça todas as outras práticas corretas, desde a adubação até o controle fitossanitário. Um dos grandes problemas do cultivo a céu aberto são os causados pelas condições climáticas locais, e com o uso do cultivo protegido podemos minimizar esses efeitos, além de termos menor incidência de pragas.

BI - Quais os tipos de estufas que existem no mercado?

O ambiente protegido pode ser constituído por um túnel (baixo ou alto), uma estufa agrícola, com ou sem pé direito, ou até mesmo uma casa-de-vegetação, onde é maior o controle do ambiente. Podem ser construídas com o uso de diversos materiais, porém as mais comuns são as feitas de ferro (aço) e de madeira.

BI - Quais as recomendações que a Embrapa dá para o produtor para a escolha do tipo de estufa?

As recomendações são simples: em primeiro lugar saber para que se destina e que tipo de cultura o produtor pretende plantar, pois dependendo da cultura há algumas condições para o seu bom

desenvolvimento, que podem ser obtidas em estufas com túnel baixo, alto, ou mesmo em estufa agrícola. Outro detalhe que deve ser levado em consideração diz respeito à localidade geográfica onde se encontra a propriedade, uma vez que, questões como comportamento térmico (temperatura), incidência da radiação solar, velocidade do vento e chuvas são fatores climáticos que devem ser considerados quando da escolha do modelo e dos materiais que compõe a estrutura de uma estufa.

BI - Que pontos o produtor deve observar para investir nessa estrutura?

Basicamente, deve ser observado o custo-benefício, ou seja, quanto ele deixa de ganhar a mais se não cultivar determinada planta em ambiente protegido. Normalmente, um mesmo cultivo em ambiente protegido produz de duas a três vezes mais que a céu aberto.

BI – Em quanto tempo o produtor recupera o investimento?

A resposta a essa pergunta parte do princípio que relaciona o uso da tecnologia ao retorno do investimento realizado. Por esse viés, por exemplo, esse retorno vai depender do nível de tecnologia empregado no cultivo em ambiente protegido (estufas). Na região de Brasília-DF, com o cultivo de pimentão, há referências de recuperação do capital investido em até um ano, porém essa é uma variável que vai depender do mercado local. Nesse caso é utilizado uma tecnologia de médio porte (estufa agrícola, irrigação por gotejo, cultivo no solo, tela antiafídica nas laterais e cobertura com plástico transparente de 150micra) com custo de 20 a 30 reais/m² em uma estrutura de 50m x 8m (400m²).





BI - Qual a durabilidade das estufas?

Depende do tipo e da qualidade do material utilizado na construção, além do clima. Normalmente, estufas metálicas têm duração bem maior que as de madeira. As estufas, como qualquer outra construção, necessitam de manutenção permanente. Na Embrapa Hortaliças, por exemplo, temos estufas com mais de 20 anos e ainda em funcionamento. A durabilidade da estrutura e do plástico das estufas dependem de vários fatores, entre eles: a maneira de colocação do plástico, a orientação da estufa, a proteção por quebra-ventos, a espessura e tipo de plástico e a velocidade do vento.

BI - Quais os cuidados que o produtor deve ter para que sua estufa dure mais tempo?

O produtor, ao adquirir uma estufa no mercado, deve observar quanto tempo a empresa escolhida atua no mercado; se é idônea, e quais as garantias que oferece, além da qualidade e do tipo de material que vai ser usado na construção. O produtor deve observar o local de instalação que deve ter solo firme e com boa drenagem. Deve usar plásticos para cobertura das estufas adequadas às condições de vento, radiação solar e regime de chuvas da região. Um fator importante é a velocidade do vento e sua direção. Em regiões com ventos fortes em certos períodos do ano (20m/s), a estrutura pode ser danificada. Normalmente, no Brasil, o recomendado é o plantio de

quebra ventos para diminuir a sua velocidade, e o uso de ancoragem, além de plásticos mais resistentes.

BI – O Sr. tem alguns valores sobre esses materiais para repassar ao produtor?

Os valores de aquisição de estufas dependem significativamente do tipo e do material que vai ser utilizado, além da tecnologia empregada. No Brasil, geralmente as estruturas têm seus custos entre 10 a 150 reais o m².

Números

De acordo com dados do Comitê Brasileiro de Desenvolvimento e Aplicação de Plásticos na Agricultura, o Brasil é líder na América do Sul, com 22 mil hectares de produções protegidas, sendo que a metade está no estado de São Paulo. Em termos mundiais, o plantio protegido cresceu 400% em 20 anos – em 2010 somava 3,6 milhões de hectares.

Os alertas da FAEP ao Mapa

Nas últimas semanas o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ao Ministério da Agricultura ofícios defendendo os interesses de produtores rurais de diversos setores agrícolas. Veja abaixo o relato sobre esses documentos:



Importação de banana

O Paraná é o oitavo produtor nacional de bananas com 11,5 mil hectares e 277 mil toneladas, apresentando uma estabilidade de área e produção nos últimos cinco anos. A bananicultura é explorada em 2,7 mil propriedades rurais com área média de 3,8 hectares, configurando uma atividade exclusiva de pequenas propriedades. Esses produtores agora estão ameaçados pela Instrução Normativa 03, de 20 de março último, que estabelece os requisitos para a importação de banana do Equador.

Ágide alertou o Mapa que “a possibilidade de importação da banana equatoriana tem potencial para trazer prejuízos financeiros a cadeia de bananicultura nacional, atingindo cerca de 2 milhões de pessoas ligadas à atividade”. Salientou que os problemas fitossanitários existentes no Equador demandam a utilização de cinco vezes mais agrotóxicos quando comparado ao sistema brasileiro de produção, com o agravante de muitos produtos utilizados não possuírem registro no Brasil. “Entendemos ser inadmissível permitir a entrada de banana tratada com produtos não registrados no Brasil”,

afirmou o presidente da FAEP.

Além disso, explica o documento, do ponto de vista da produção e abastecimento interno não há justificativa para tal importação, já que o Brasil é o segundo produtor mundial de banana e a fruta é distribuída de Norte a Sul do país durante o ano todo, atendendo a demanda total do mercado nacional.

E lembrou: “a bananicultura representa para o Brasil uma atividade com aproximadamente 500 mil hectares, 7 milhões de toneladas por ano, 90% produzidas em pequenas propriedades”. Portanto, considerando os prejuízos potenciais a esse elevado número de produtores nacionais, “reiteramos a necessidade de revogação da IN nº 3”, explicou ele.

Registro de produto para manejo da uva

Para melhorar a competitividade da uva produzida no Paraná, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou

ao ministro da Agricultura, Nery Geller e ao secretário de Defesa Agropecuária do ministério, Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, um ofício solicitando o registro do produto ProTone®, cujo ingrediente ativo é o ácido abscísico (ABA), um regulador vegetal que confere a cor roxa aos frutos.

Condições atípicas de temperatura e luminosidade durante a época de maturação podem comprometer a produção do ABA conferindo às bagas coloração menos intensa, o que prejudica sua aceitação pelo consumidor. Com isso, as uvas paranaenses perdem espaço no mercado.

No ano passado, o Brasil importou 32,6 mil toneladas de uva, 75% das quais do Chile, onde o ProTone® é registrado. Em outros países, como Estados Unidos, Peru, México, África do Sul, Austrália, Egito, Líbano e Israel, esse produto também é regulamentado e utilizado largamente para melhorar a coloração.

A produção de uva no Paraná envolve 3.000 produtores, predominantemente em pequenas propriedades, representando um volume de 100 mil toneladas colhidas em uma área de aproximadamente 5.800 hectares, que necessitam apenas de condições de igualdade para competir com os produtores de outros países.

Especificações de fertilizantes minerais



Mudanças propostas na Portaria SDA/MAPA 07/2014 que trata da Instrução Normativa e Anexo, sobre especificações, garantias, tolerância, registro, embalagens e rotulagem dos fertilizantes minerais destinados à agricultura geraram grande preocupação no setor agropecuário em geral.

Entre elas:

1 – A limitação do número de fórmulas permitidas para comercialização. Essa determinação não condiz com as boas práticas preconizadas pela agricultura moderna, que é o uso racional e pontual de recursos.

Essa medida, se aprovada, pode criar uma situação que o produtor compre um formulado com teores maiores que o recomendado na análise química ou em outros casos com teores menores.

2 - Burocratização para os pedidos de fabricação de produtos sob encomenda. Segundo o artigo 19 será exigido a autorização do Mapa na Unidade da Federação para formulação sob encomenda, entre outras exigências, que certamente afetará a produção agrícola.

Diante disso, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, solicitou ao Mapa que o representante do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA do Mapa, “coloque em discussão essa Normativa junto às instituições interessadas por meio de audiência pública ainda no mês de maio”.

AGF para o feijão carioca



A produção paranaense de feijão é fundamental para o abastecimento do país, respondendo por pelo menos 26% do consumo nacional, estimado de 3,45 milhões de toneladas para a safra 2013/14, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A cultura, de grande importância na cesta básica dos brasileiros, tem obtido nas últimas safras grandes variações de preços que afetam não só os consumidores, mas fundamentalmente os produtores, que muitas vezes não tem obtido estímulos para o plantio do feijão.

No final de janeiro o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Conab divulgaram que haviam programado para o mês de fevereiro a realização de Aquisições do Governo Federal (AGF), que não ocorreram.

A cultura é de grande importância para os produtores no Paraná, em sua maioria baseados em pequenas propriedades. Por esta razão, a presidência da FAEP alertou o Mapa para a necessidade da programação e realização do AGF para o feijão carioca com a maior brevidade possível.

Acompanhamento Conjuntural 1º trimestre 2014

Avaliação dos preços no mercado internacional

Por Gilda Bozza, economista do DTE/FAEP



O desempenho dos preços no mercado internacional no 1º trimestre de 2014 em comparação ao mesmo período de 2013 mostra variação negativa para as três principais commodities, a saber: soja, milho e trigo.

No caso da soja, a variação negativa foi de 5,4%, tendo como pano de fundo a perspectiva de safra cheia nos Estados Unidos, o que motivou pressão nos preços internacionais. O preço médio do trimestre foi de US\$ 29,74 por saca, inferior em US\$ 1,72 por saca, relativamente ao preço de igual período em 2013, de US\$ 31,46 por saca. Apesar da sinalização de preços mais baixos, houve períodos de volatilidade e preços melhores assentados no quadro ajustado da soja norte-americana (o mais baixo desde 1975) e continuidade da demanda chinesa (embora tenham ocorrido alguns cancelamentos). Ademais a quebra nas safras brasileira e argentina deram suporte aos preços internacionais, impedindo que os mesmos caíssem a níveis menores do que o previsto. Com isso, em março a sinalização apontava para manutenção dos preços nos patamares vigentes

pelo menos até setembro/14, quando da entrada da safra norte-americana, ou seja, impacto positivo para os contratos da safra velha. A área de soja deverá mostrar aumento significativo de plantio na safra 2014/2015 (32,98 milhões de hectares, um aumento de 6% em relação ao ano de 2013 quando foram cultivados 30,97 milhões de hectares). A relação global entre estoque e consumo subirá para 26,5% no fim desta safra 2013/14, contra 23,9% em 2012/13.

BOLSA DE CHICAGO (CBOT)

Preços da soja, milho e trigo na bolsa de Chicago
CBOT (US\$/saca)

Produtos	Média janeiro/ março 2014	Média janeiro/ março 2013	Varição (%)
SOJA	29,74	31,46	-5,4
MILHO	10,86	16,82	-35,4
TRIGO	13,39	16,28	-17,7

Fonte: CBOT

No mercado do milho, os preços internacionais experimentaram variação negativa no período em análise, caindo de US\$ 16,82 por saca para US\$ 10,86 por saca, um recuo de 35,4%. Os preços do milho nos Estados Unidos desceram, este ano, 40%, devido, sobretudo, a uma colheita recorde de 2013, levando este cereal a um valor historicamente baixo.

Os Estados Unidos, que destinam atualmente cerca de 30% da produção de milho para a indústria de biocombustível, já anunciaram que pretendem reduzir em 10% a elaboração de etanol a partir dessa matéria-prima. O motivo é a forte pressão do segmento do petróleo, que luta para que o percentual chegue a 15%.

Mercado Interno

O Paraná, segundo produtor nacional não alcançou a safra recorde haja vista a seca e o calor que se abateu sobre o Estado nos meses de janeiro e fevereiro. As adversidades climáticas reduziram a produção estadual de soja em 2,0 milhões de toneladas. No caso do milho, a quebra foi de 100 mil toneladas. A perda financeira foi estimada em R\$ 2,2 bilhões. Apesar do quadro desfavorável, o preço médio da soja no Brasil em fevereiro alcançou o maior patamar real para o mês em 10 anos, de acordo com estudo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Igualmente, o quadro de estoque apertado de soja nos Estados Unidos deu força aos preços do grão internamente.

A área colhida de soja alcança 92% e a comercialização da safra paranaense de soja é de 45%. Os preços domésticos no período janeiro/março14 estão 11% superiores quando comparados ao igual período de 2013. No trimestre, o produtor paranaense recebeu o preço médio de R\$ 62,19 por saca contra R\$ 55,96 por saca em igual período de 2013. No Paraná a produção prevista na safra na safra 2013/2014 é de 14,6 milhões de hectares e produtividade média de 2.956 kg por hectare.

No mercado do milho, o preço no período analisado foi de R\$ 21,25 por saca, em torno de 13,2% inferior ao praticado em igual período de 2013 (R\$ 24,49 por saca). A produção recorde do cereal implicou em preços mais baixos ao longo dos três primeiros meses de 2014. A comercialização do grão tem ritmo lento, no entorno de 29% e a colheita alcança 82% da área estimada. A produção prevista é de 5,4 milhões de toneladas para o milho safra de verão e de 9,98 milhões para o milho safrinha.

Consoante divulgado pela imprensa, o milho safrinha deverá perder espaço nas lavouras de inverno considerando o quadro de preços vigente e parte da área poderá ser ocupada pelo trigo. O recuo na área de milho deverá ficar entre 10 e 12%.

No mercado do trigo, o preço médio no período analisado foi de R\$ 41,39 por saca. O preço é 5% maior que o praticado no mesmo período de 2013 e 26% acima da média dos últimos três

anos no Estado. O valor mensal recebido pelo produtor fica em média 30% acima do custo variável de produção. Os preços praticados no mercado do trigo e a previsão de maior liquidez do cereal deverão promover aumento de área plantada no Paraná na safra 2013/14. Segundo o relatório da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), o trigo deverá ocupar 1,2 milhão de hectares, refletindo um aumento de 20% relativamente à safra anterior.

De acordo com divulgado na imprensa, a área destinada ao trigo no próximo inverno será a maior dos últimos 10 anos. A estimativa inicial é de que o cereal cubra entre 2,5 e 2,7 milhões de hectares em todo o país. Os responsáveis pelo avanço nacional da triticultura serão o Paraná e o Rio Grande do Sul – ambos projetam 1,2 milhões de hectares para a cultura. Santa Catarina e regiões produtoras do Sudeste e Centro-Oeste do país (que cultivaram 180 mil ha no ano passado) também devem ampliar o plantio. A última vez em que o Brasil plantou 2,7 milhões de hectares foi em 2003/04, conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O avanço das lavouras de trigo previsto no Paraná é de 20% e no Rio Grande do Sul, de 10%.

Ainda de acordo com estimativas da Seab a produção de trigo no Paraná poderá atingir 3,5 milhões de toneladas neste ano, aproximadamente o dobro da colheita anterior, que alcançou 1,8 milhão de toneladas, com problemas de adversidades climáticas. Segundo analistas do setor, o trigo mostra-se rentável e existe certo desânimo em relação ao milho, sempre comparado à soja.

PARANÁ

Preços médios recebidos pelos produtores na soja, milho e trigo - Comparativo 2014 e 2013

Produtos	Média janeiro/ março2014 (R\$/saca)	Média janeiro/ março2013 (R\$/saca)	Varição (R\$/saca)	Varição (%)
SOJA	62,19	55,96	6,23	11,1
MILHO	21,25	24,49	-3,24	-13,2
TRIGO	41,39	39,36	2,03	5,2
DÓLAR (R\$/US\$)	2,3643	1,9957	0,3686	18,5

FONTES: SEAB



Concurso Café Qualidade Paraná



Realizado há 11 anos no Estado, o Concurso Café Qualidade Paraná, é promovido para premiar cafés de qualidade em três categorias - natural, cereja descascado e agricultura familiar. São classificados do quinto ao primeiro prêmio em cada categoria. Das 88 sacas de cafés premiados no último concurso, em 2013, o governo do Paraná comprou 70 sacas pagando aos produtores um ágio superior a 60% dos preços praticados no mercado no ano passado. Se ele tivesse propostas mais vantajosas no mercado, poderia vender sua produção a quem quisesse”, explicou o engenheiro-agrônomo Paulo Franzini, chefe do núcleo da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) em Apucarana e coordenador do Concurso Café Qualidade.

Além do ágio, os produtores que conquistaram as primeiras colocações no concurso receberam prêmios em dinheiro - R\$ 5 mil aos primeiros colocados, R\$ 3 mil aos segundos colocados e R\$ 2 mil aos terceiros colocados de cada categoria. Quem ficou em primeiro lugar em cada categoria também participou de concurso semelhante realizado nacionalmente.

No último dia 16, o governador Beto Richa e o secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, entregaram, em Curitiba, quase 10 mil pacotes de café para nove entidades patrocinadoras, entre elas a FAEP e o SENAR-PR.

Categoria Natural:

- 1º lugar: Silvana Braga Ferraz, (Ribeirão Claro)
- 2º lugar: Marise de Almeida Saldanha Kayano, (Jacarezinho)
- 3º lugar: Aristide Labegalini, (Kaloré)
- 4º lugar: José Carlos Rosseto (Mandaguari)
- 5º lugar: Moacir Firmino da Rocha (Mandaguari)

Categoria Cereja Descascado:

- 1º lugar: Luiz Boraneli (Curiúva)
- 2º lugar: Antonio Olimpio Lirango (C. Procópio)
- 3º lugar: Shiguelo Yamamoto (Apucarana)
- 4º lugar: Francisco Barbosa de Lima (Japira)
- 5º lugar: Jorge Yuoki Ito (Carlópolis)

Categoria Cafeicultura Familiar:

- 1º lugar: Lupércio Bufalari (Santo Antonio da Platina)
- 2º lugar: Delfim Pereira Guedes (Curiúva)
- 3º lugar: Mirian Angelita Santos (Grandes Rios)
- 4º lugar: Joel de Moura Bueno (Ibaiti)

Boas perspectivas do café, mas em 2015

Por José Hess

A cafeicultura do Paraná nos últimos três anos tem sofrido inúmeros percalços frente ao custo de produção, preços abaixo do custo, áreas de plantio sem renovação, poucos investimentos em tecnologia e manejo, e no último ano de 2013 e início de 2014, as consequências climáticas intercalando, chuvas, geadas e secas.

Diante destas influências, o produtor rural de café, com compromissos bancários e financiamentos assumidos, vende seu café nas épocas mais impróprias e com preço abaixo do custo, comprometendo toda a sua safra.

As práticas de mercado são influenciadas pelas notícias favorecendo os investidores em detrimento aos produtores, que comercializam suas sacas de café de forma desordenada, sob pressão do mercado e comprometidos com prazos bancários.

Desta feita, a FAEP, na sua última reunião da Comissão Técnica de Cafeicultura convidou o analista de mercado Rafael Amaral, da Câmara do Comércio de Café do Norte do Paraná, para orientar os produtores do Paraná a entenderem o mercado de café e possibilitar a sua inserção no processo de venda na bolsa de comércio do café.

Conforme as expectativas de mercado futuro frente às perdas ocorridas pelas recentes condições climáticas, não só no Paraná, mas em especial no maior produtor de café arábica, que é Minas Gerais, prevê-se em 2015 um mercado mais equilibrado entre consumo e estoque, podendo segundo os últimos levantamentos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) do Paraná, haver perdas de mais de 60% da safra 2014/2015 e de 40% da safra 2016.

Frente a este quadro, os preços poderão ser favoráveis aos produtores de café, salvo se a exportação diminuir, ocasionando aumento do estoque interno, pressionando o preço no mercado.

A bolsa de comércio de café opera seguindo a participação dos seguintes investidores: Exportadores com 20%, especuladores com 65%, indústrias com 10% e pequenos investidores com 5%.

Os produtores e pequenos investidores pouco participam na bolsa de comércio, mas nada impede de aumentar

esta participação. Fazer venda futura a preço fixo, venda com adiantamento, entrega imediata e fixação futura, fracionar a venda para fazer preço médio e não se precipitar com as notícias da mídia, são recomendações básicas para os produtores obterem lucro com a venda do café.

No caso de produtores interessados em vender seu café na bolsa, não existem condicionantes, apenas exige-se uma cota mínima de 30 sacas de 60 Kg, este volume pode ser vendido pelo próprio produtor, associação ou cooperativa de cafeicultores, sendo que a nota de venda sai em nome do produtor.

O produtor pode comercializar seu café na bolsa pagando uma taxa de 1% de administração, sendo que os preços pagos ao produtor são estabelecidos pela data que o produtor irá entregar o café, dentro de um prazo de até três anos após assinatura do contrato de venda.



José Hess é engenheiro-florestal do DTE/FAEP

A primeira cabra clonada

Nasceu no dia 27 de março, em Fortaleza, a primeira cabra clonada e transgênica da América Latina. Chamada pelos cientistas de Gluca, ela possui uma modificação genética que deverá fazer com que ela produza em seu leite uma proteína humana chamada glucocerebrosidase, usada no tratamento da doença de Gaucher. Trata-se de uma doença genética relativamente rara, porém extremamente custosa para o sistema público de saúde. Segundo informações levantadas pelos pesquisadores, o Ministério da Saúde gasta entre R\$ 180 milhões e R\$ 250 milhões por ano com a importação de tratamentos para pouco mais de 600 pacientes com Gaucher no Brasil.

As drogas importadas são baseadas em proteínas produzidas in vitro, cultivadas em células transgênicas de hamster ou cenoura. A proposta da pesquisa brasileira é produzir a glucocerebrosidase no país, no leite de cabras transgênicas, a custos muito inferiores ao da produção em células em cultura. “Alimentar cabras é bem mais barato do que alimentar células; e o processo de purificação da proteína é basicamente o mesmo”, diz a pesquisadora Luciana Bertolini, da Universidade de Fortaleza (Unifor), que é uma das coordenadoras do projeto.

Com pouco mais de duas semanas de vida, a cabritinha Gluca não apresenta, por enquanto, nenhum problema de saúde. “Ela já nasceu berrando, superativa, sem qualquer complicação”, empolga-se Luciana, que trabalha no projeto com o marido, Marcelo. Dentro de quatro meses, eles já poderão induzir a lactação de Gluca e confirmar a presença da proteína humana no leite do animal. “Precisamos saber quanto da proteína está sendo expressa e testar sua atividade biológica”, explica Luciana.



Conferência de energia inteligente

Com objetivo de discutir as tendências tecnológicas na área energética, a Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e o Instituto Tecnológico do Paraná (Tecpar) realizam, entre os dias 07 e 09 de maio, em Curitiba, a Conferência Internacional de Energias Inteligentes – Smart Energy.

A iniciativa tem foco nas energias sustentáveis e ocorre em um momento em que a geração distribuída de energia e as redes

inteligentes ganham expressão nacional na discussão de políticas públicas e planejamento estratégico. A energia inteligente, ou “Smart Energy”, é um tema que vem ganhando grande visibilidade frente aos desafios tecnológicos e ambientais contemporâneos.

O evento contará com palestras de especialistas brasileiros e estrangeiros da área energética. O setor rural estará contemplado nas discussões através do uso de biodigestores que geram biogás para produção de energia. **Mais informações através do telefone: (41) 3271-7567**

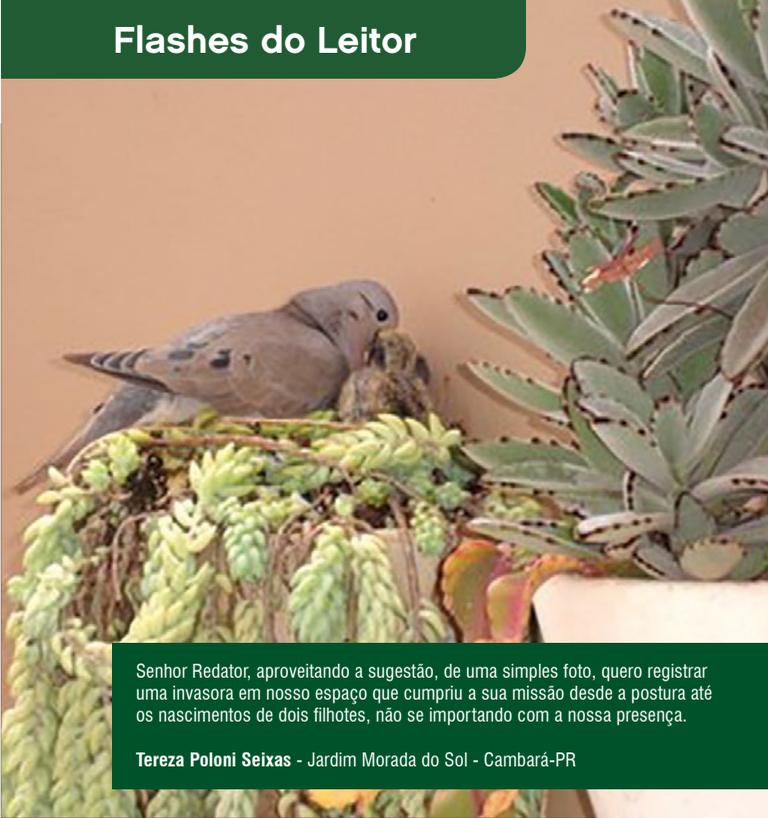


Inflação assusta

A expectativa dos analistas de mercado para a inflação continua a se deteriorar e eles já preveem que o índice oficial de preços do país supere o teto do intervalo da meta neste ano, de acordo com o boletim Focus, do Banco Central, que colhe estimativas entre cerca de 100 instituições. A mediana das projeções

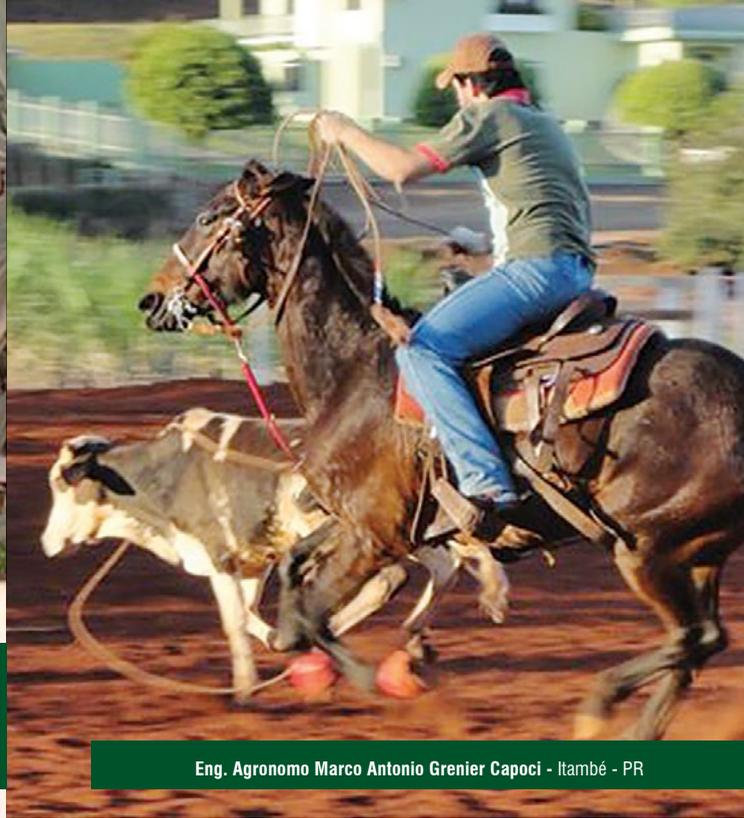
para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu pela sétima semana consecutiva, desta vez de 6,47% para 6,51%, ligeiramente acima, portanto, do teto de 6,5%.

Os analistas do grupo Top 5 – os que mais acertam as previsões – estão mais pessimistas. A média de médio prazo do grupo para o IPCA em 2014 saiu de 6,49% para 6,59%.



Senhor Redator, aproveitando a sugestão, de uma simples foto, quero registrar uma invasora em nosso espaço que cumpriu a sua missão desde a postura até os nascimentos de dois filhotes, não se importando com a nossa presença.

Tereza Poloni Seixas - Jardim Morada do Sol - Cambará-PR



Eng. Agrônomo Marco Antonio Grenier Capoci - Itambé - PR

Erramos

A foto errada do fermento

Senhores!

Sobre a nota “Crescimento” (Coluna Via Rápida), do Boletim 1255, ficou estranho o conteúdo com a foto. O descritivo está correto, mas a foto é incorreta.

A foto é do fermento químico Royal, como o nome diz, é químico, composto normalmente de bicarbonato de sódio combinado com outros produtos para fazer a mesma reação que o fermento biológico (leveduras).

Fernando Avelar

Ivaté - PR

No Boletim Informativo nº 1255, na página 30, na nota “Crescimento” a foto do fermento royal (químico) não condiz com a informação, a qual refere-se ao fermento biológico.

Mesaque Kecot Veres

Presidente do Sindicato Rural de Irati (PR)

N. Editor: Os leitores estão totalmente corretos e ajudaram a constatar que os componentes da redação do BI, ao deixarem passar a foto equivocada, comprovaram que não houve “fermentação” na revisão.

Errado



Correto



I semana de cursos integrados 2014

- CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DE ORIGEM-CFO
- CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DE ORIGEM CONSOLIDADA-CFOC

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) oferecerá dois cursos de capacitação para engenheiros-agrônomo e florestais em suas respectivas áreas de competência profissional. O objetivo é habilitar esses profissionais para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem e Consolidado (CFO/CFOC), de acordo com a Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa 55/07).

Os profissionais que cumprirem as exigências de frequência e aprovação do teste avaliação estarão aptos a se habilitarem para emitir o Certificado Fitossanitário de Origem e Consolidada para as culturas do Pinus, Soja, Café, Tomate, Batata, Pimentão, Fumo, Citros, Uva, Maracujá, Banana e Abacate (conforme módulos cursados pelo interessado).

As aulas acontecerão no período de 19 a 23 de maio, das 8h às 18h no Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Centro de Difusão de Tecnologia - CDT - Salas C, D e F, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375 – 86.047-902 – Londrina PR.

As inscrições podem ser feitas pelo adapar.pr.gov.br, clicando no banner “Cursos CFO/CFOC” à direita da tela, onde também estão disponíveis maiores informações sobre o evento. Outras informações podem ser obtidas com Juliano Farinacio Galhardo pelo email: julianogalhardo@adapar.pr.gov.br. Você confere a programação dos cursos.

Os cursos são promovidos em parceria com:

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária **Embrapa Florestas**
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária **Embrapa Soja**
- Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento SFA – PR
- Secretaria da Administração e da Previdência Escola de Governo

PROGRAMA DO CURSO

MÓDULO\DATA	19/05/14	20/05/14	21/05/14	22/05/14	23/05/14
Módulo I Orientação Geral	Legislação Fitossanitária Federal e Estadual	Legislação Fitossanitária Federal e Estadual	Legislação Fitossanitária Federal e Estadual	Legislação Fitossanitária Federal e Estadual	-
Modulo II Orientação Específica	-	Pragas do Pinus	Pragas da Soja e Café Pragas do Tomate, Batata, Pimentão e Fumo	Pragas dos Citros	Pragas da Banana, Uva, Maracujá e Abacate

Bem-estar animal

No último dia 14 de abril, integrantes do Comitê de Desenvolvimento Local de Estratégias de Bem-estar Animal do Paraná, criado Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundep), se reuniram na sede do Sistema FAEP em Curitiba. O objetivo foi discutir e elaborar um resumo executivo com as prioridades do setor e dos produtores. O próximo encontro será realizado no dia 9 de junho.

Participantes: Ronei Volpi - presidente do Conseeite e Fundep; Maria Silvia C. Digiovani – engenheira-agrônoma do Sistema FAEP; Alexandre Blanco – médico-veterinário do Sistema FAEP/SENAR; Roberta Zuge – Ceres Qualidade; Carla Molento - UFPR; Alexandre Monteiro - Ocepar; Ícaro Fiechter – Sindiavipar ; José A. Fregonesi - UEI; Andreia Vieira – Universidade Positivo; Tiago Baccin – Sincarne ; Ledreson T. de Lino –C.Vale

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 04/2014

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 15 de abril de 2014 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em março de 2014 e a projeção dos valores de referência para o mês de abril de 2014, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - MARÇO/2014

Matéria Prima	Valor projetado em março/2014	Valor Final março/2014	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7878	0,8088	0,0210

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - MARÇO/2014 E PROJETADOS PARA ABRIL/2014

Matéria Prima - Valores finais	Valor final março/2014	Valor projetado abril/2014	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,8088	0,8267	0,0179

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (**) Os valores de referência para o “Leite CONSELEITE IN62” correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de abril de 2014 é de R\$ 1,6191/litro. Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 15 de abril de 2014

WILSON THIESEN Presidente

RONEI VOLPI Vice - Presidente

LAPA



Campo Futuro

Aconteceu no Sindicato Rural de Lapa, no dia 01 de abril, um painel de levantamento do custo de produção do Projeto Campo Futuro – Maçã. O projeto é desenvolvido em parceria com FAEP, CNA, SENAR-PR e Universidade Federal de Lavras. Compareceram 15 produtores de maçã do município da Lapa.

RIBEIRÃO DO PINHAL



Posse

Com a presença do diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal para o triênio 2014-2017. Foram eleitos: Ciro Tadeu Alcântara, presidente; Fábio Auersvald e Adenir Cândido Garcia, vice-presidentes; Gilberto de Almeida Silva, secretário e Francisco Wanderley Corrales como tesoureiro.

PALOTINA



Qualidade de Vida

O Sindicato Rural de Palotina em parceria com a Prefeitura de Palotina realizou no dia 4 de abril o curso Qualidade de Vida - idosos. O curso contou com 17 participantes do Clube Alegria de Viver. A instrutora foi Elenice Parizotto Stremel.

SÃO JORGE D'OESTE



Piscicultura

O Sindicato Rural de São Jorge d'Oeste realizou no período de 21 a 28 de março o curso de Trabalhador na Piscicultura – sistemas de cultivo. As aulas aconteceram na Chácara da Coasul para um grupo de 10 produtores rurais com a instrutora Claudia Mantelli.

TIBAGI



Plantas medicinais

O Sindicato Rural de Tibagi realizou nos dias 08, 09 e 10 de abril, na localidade de Barreiro, em Tibagi, o curso de Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais - plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Participaram nove produtores rurais com a instrutora Vivieny Visbiski.

UBIRATÃ



Plantas medicinais

Nos dias 07, 08 e 09 de abril, o Sindicato Rural de Ubitatã realizou, em parceria com Posto de Saúde do bairro São Joaquim, o curso Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais - plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Participaram do curso 15 produtores e produtoras rurais com o instrutor Carlos Donizete dos Santos Biazoto.

MATELÂNDIA



Inclusão Digital

A Regional de Matelândia e o SENAR-PR realizaram no município de Boa Vista da Aparecida o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – inclusão digital – avançado 24 horas. As aulas aconteceram no período de 19 a 21 de março, no Centro Integrado ao Adolescente e a Criança (CIAC). Participaram do curso 10 produtores e produtoras rurais com o instrutor Sandro Pio Passarin.

XAMBRÊ



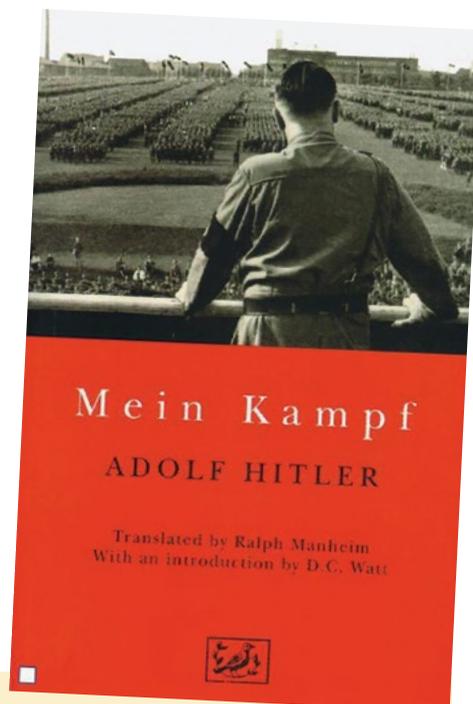
Mulher Atual

O Sindicato Rural de Umuarama em parceria com a Prefeitura de Xambrê iniciou no dia 10 de março, uma turma do curso Gestão de Pessoas - Mulher Atual. O curso acontece na extensão de base em Xambrê. Participam 19 produtoras rurais. As aulas acontecem no Centro do Idoso com a instrutora Patricia Dagostin.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



A esperteza do mais velho

Um avião de transporte Hércules C-130 estava fazendo um voo de rotina, a uns 400km/h, quando ao lado apareceu um caça F-16. O jovem piloto do F-16 decidiu se exibir um pouco.

Disse ao piloto do cargueiro, “Dá só uma sacada nisso!” e imediatamente pôs o caça em parafuso numa subida íngreme e fez um “boom” supersônico, quebrando a barreira do som!

Ele então perguntou ao piloto do C-130 o que ele tinha achado daquilo.

O piloto do C-130 respondeu, “Impressionante! Mas veja só isto!”

E o cargueiro continuou seu voo calmo, em linha reta, por mais ou menos cinco minutos, ao final dos quais o seu piloto voltou ao ar e disse: “O que você achou disso?!?”

Confuso, o piloto do F-16 perguntou, “O que diabos você fez???”

O piloto do C-130, deu uma leve gargalhada e disse, “Bem, eu me levantei, estiquei as minhas pernas, fiz um xixizinho básico, aí fui pegar uma xícara de café e um pãozinho doce”.

MORAL DA HISTORIA:

Quando você fica mais velho, mais experiente e mais esperto, conforto e tranquilidade não são coisas tão ruins assim...

Mein Kampf

Na Alemanha, Hungria, Portugal, Suíça e Suécia, entre outros países, a edição e venda de Mein Kampf (Minha Luta), de Adolf Hitler é proibida. Nos poucos países em que a edição e venda são regulares, os direitos de autor já estiveram em vários bolsos além dos de Hitler. Durante a guerra, o governo americano arrecadou mais de 20 mil dólares sobre a obra.

Dicas culinárias

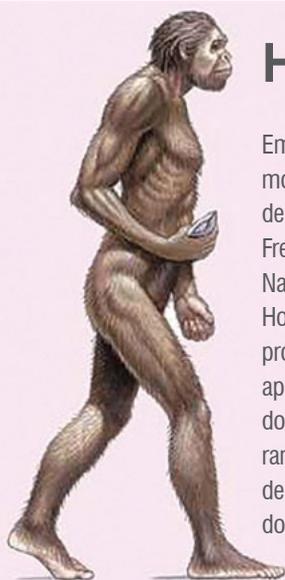
- Quando o melão não for doce, e estiver aguado, não use açúcar, e sim pulverize a fatia cortada com uma pitadinha de sal.
- Quando for extrair a água de um coco e este estiver aguado, coloque três gotinhas de adoçante, você irá se surpreender com o sabor.
- Para afugentar aquelas mosquinhas das frutas, coloque por perto um prato com leite ou vinagre com pimenta.
- Antes de descascar as laranjas, cubra-as com água fervente e deixe descansar por 5 a 10 minutos. A parte branca sairá com facilidade, deixando-as perfeitas para serem usadas em saladas.
- As laranjas de casca mais fina geralmente têm mais suco.
- A abóbora está madura quando o talo estiver amarelo ou seco.





Quase cem anos

Lanternas verdes e vermelhas já organizavam o fluxo de carruagens na Inglaterra desde 1868. Mas foi em 1917 que o policial de trânsito William Potts, de Detroit (EUA) inventou um dispositivo automático usando as luzes vermelha, amarela e verde. O vermelho, que desde a Idade Média é a cor da interdição, tornaria o verde (seu complementar no espectro) o símbolo da permissão. O amarelo, localizado no ponto médio entre as duas outras cores, serviria então para a transição.



Homo erectus

Em que momento da evolução aprendemos a cozinhar nossa refeição e deixar de comer carne crua? O paleontólogo Frederick Kyalo apresentou no Museu Nacional do Quênia, os restos de um Homo erectus descoberto no ano 2000, próximo do lago Turkana, no Quênia. Foi apresentado como o primeiro antepassado dos humanos modernos que dominaram a arte da cozinha há uns 1,9 milhões de anos. Aí começamos a nos diferenciar dos macacos e gorilas.



Meia-calça masculina

Um acessório que hoje é usado exclusivamente pelas mulheres, já esteve presente no guarda-roupa masculino há muitos anos – a meia-calça. Tudo começou na Antiga Mesopotâmia há mais de 2.200 anos, quando os soldados passaram a usar a meia-calça para afastar o frio e também facilitar a montaria. Tá bom, você não usa meia-calça, mas uma ceroulinha básica no inverno, hein?



Só nós mano?

Os donos do Google, ficaram irritados com o comportamento dos brasileiros. Eles nos classificam como “Marginais digitais” ou “trolls da internet”, porque temos o costume de compartilhar qualquer coisa nas redes sociais. E, dizem eles: 1 - Somos mal educados; 2 - Falamos palavrões; 3 - Não falamos inglês. Só nós, cara-pálidas?



Nossos principais medos:

POBREZA - Medo de ficar pobre, de piorar de condição, de privar-se de certas coisas | DOENÇA - Medo de ficar doente, de não recuperar-se, de depender de outrem; | VELHICE - Medo de ficar velho, dar trabalho pros outros, ficar dependente da boa vontade de filhos, parentes e amigos; Depois vem a MORTE, a CRÍTICA e PERDER O AMOR DE ALGUÉM.

60 ANOS NO BATENTE

A Volks decreta o fim da produção da Kombi

O projeto da Kombi foi Idealizado pelo holandês Ben Pon e seu nome deriva de Kombinationsfahrzeug, que em alemão significa veículo combinado. O objetivo era aliar o conjunto mecânico do VW Sedan (Fusca) a um veículo prático e versátil, que servisse ao transporte de cargas e ao lazer.

Com carroceria monobloco, suspensão reforçada e mecânica composta pelo motor 1.1 de 25 cavalos refrigerado a ar, a Kombi começou a ser produzida na Alemanha em 1949. Seus pontos fracos eram a baixa estabilidade e o alto nível de ruído proporcionado pelo motor refrigerado a ar.

A Kombi apareceu no mercado brasileiro em 1953, e em junho de 1957 começou a ser produzida no país. Algum tempo depois, em 1961, era lançado o modelo de seis portas, em duas versões de acabamento: Luxo e Standard. Logo em seguida, em 1963, a Kombi já contava com versões Furgão, Standard, Especial e Turismo.

Havia variação no acabamento e externamente a famosa pintura em dois tons "saia e blusa", com opção pela versão de 15 janelas. Quatro anos depois surgia a versão picape, além de um motor mais potente para todas as versões com 1.5 litro e 44 cavalos de potência.

Robusta, versátil, com facilidade de manutenção e sem concorrentes a Kombi foi gradualmente ganhando novos componentes como freios a disco, novo painel, encostos de cabeça dianteiros, alavanca do freio de mão no painel, além de uma reforma extensa na suspensão dianteira e traseira. As mudanças foram realizadas sem abrir mão da versatilidade e da economia exigidas por seus fiéis consumidores. Foi o único VW "a ar" com injeção no Brasil. No final de 2005, a Kombi passou a ser equipada com o motor 1.4 Total Flex (arrefecido a água), até 34% mais potente e cerca de 30% mais econômico do que o antecessor refrigerado a ar.

Saudoso para muitos e defasado para outros, a concorrência de outros utilitários, a obrigatoriedade de airbags e freios ABS nos veículos nacionais decretou o fim da produção da Kombi pela Volks, em agosto do ano passado.

A Volkswagen anunciou a despedida da Kombi com a edição limitada "Last Edition", com 1.200 unidades, mas o preço salgado (R\$ 85 mil) assustou compradores e uma parte foi exportada para o México.

A reconhecida durabilidade de seu motor ou a sua retífica, uma guaribada na lataria permitirá que por muitos anos a Kombi rode por aí. Mas zero quilômetros nunca mais.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br